

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

**As Políticas de Reinserção Social: Estudo Exploratório no
Estabelecimento Prisional de Tires**

Joana Rita Paulo Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Orientadora:

Doutora Catarina Lopes Oliveira Frois, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Helena Maria de Sousa Lopes, Professora Associada,
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

Agradecimentos

À Dra. Catarina Frois, por ser a melhor orientadora que podia ter escolhido para esta investigação. Por todos os “reescreva” que ajudaram não apenas a melhorar esta investigação como também contribuíram para um crescimento pessoal.

Agradeço à Dra. Helena Lopes, por contribuir para a minha motivação durante este percurso, e por permitir que este trabalho fosse uma conjugação entre as minhas três áreas de interesse.

À Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, às técnicas de tratamento penitenciário e às reclusas que aceitaram participar nesta investigação, o meu especial obrigada, pois sem eles, este trabalho não teria sido possível.

Ao Carlos, por ser a melhor pessoa que podia ter ao meu lado neste longo caminho, por toda a motivação, por permitir que não fosse a baixo e que não desistisse desta investigação. Por seres quem és, por seres o melhor namorado do mundo.

À Joana e à Vânia, por serem as melhores amigas que alguma vez podia ter desejado na vida. Por contribuírem para este trabalho, por serem as pessoas que encontraram alterações onde eu já não as via. Por perceberem o quão difícil e motivador esta fase pode ser.

À Mafaldinha e ao Pedro, por terem permitido que descansasse e que me divertisse uns dias durante este ano. Por me terem trazido o melhor presente que alguma vez poderia ter recebido, o Lucas.

À minha família, principalmente aos meus pais, avós, tios e sogros. Por terem sido o meu porto de abrigo durante este longo caminho, e por ajudarem a que tudo isto se tornasse possível. Ao Luna, por ser o melhor companheiro de ronhas.

Por fim, à Vanessa, à Ana, ao Miguel, ao Ricardo, à Susana e à Mafalda, por terem sido as melhores pessoas que este mestrado trouxe para a minha vida. Por todos os trabalhos realizados, e todos os sábados passados no ISCTE-IUL.

Resumo

As políticas de reinserção social têm o objetivo de melhorar o estilo de vida dos indivíduos mais frágeis e carenciados da sociedade.

Este estudo, realizado no Estabelecimento Prisional de Tires, abrangendo mulheres em cumprimento de pena e em situação preventiva, procura compreender como são percebidas as políticas de reinserção social, focadas na educação, formação profissional e ocupação laboral e o impacto que têm para estas mulheres, e para uma melhoria do seu estilo de vida, pós conclusão da sentença que cumprem.

Para a realização desta investigação foram realizadas 15 entrevistas presenciais, semiestruturadas; através das quais foi possível recolher as perceções da experiência das reclusas sobre as políticas de reinserção social.

Das entrevistas realizadas salientam-se alguns pontos positivos decorrentes das políticas de reinserção social em vigor tais como: a possibilidade de conclusão dos estudos (podendo aumentar o seu nível de escolaridade); aquisição de formação especializada; desempenhar funções laborais em diversas áreas, permitindo a aprendizagem de novas competências.

Quanto aos pontos a melhorar destaca-se a manifestação das reclusas relativamente à oferta ocupacional e formativa, uma vez que ambas se encontram limitadas; bem como a necessidade de um melhoramento no acompanhamento por parte das entidades prisionais, pós cumprimento de sentença.

Em suma e ainda que de forma geral, os aspetos positivos destacam-se no discurso destas mulheres, que percebem as políticas de reinserção social como benéficas no que concerne à melhoria no campo educacional e profissional.

Palavras-Chave:

Reclusas, Reinserção Social; Ocupação Laboral; Formação Profissional; Educação

Abstract

The social reintegration policies aim to improve the lifestyle of the more fragile and lacking members of society.

This study, realized in the Prison Establishment of Tires, includes women serving sentences and in preventive detention, searches a way to comprehend how the social reintegration policies are viewed, with focus on education, vocational training and employment, and the impact that these methods have on these women to improve their lifestyle after their sentences conclusion.

To conduct this investigation, 15 face-to-face semi-structured interviews were made, from which was possible to gather the perception of the opinion of the female inmates about the social reintegration policies.

In these interviews, we can emphasize some positive notes as result of the social reintegration policies in use like, a possibility of conclusion of an academic level (possible increase in the level of education); obtaining specialized formation; being able to work in diversified areas, allowing the acquisition of new skills.

In the main points marked for improvement the opinion of the female inmates highlights the educational and labour activity offers, since both are limited; also the need to improve the follow-up on behalf of the institution entities after the sentence's ending.

In conclusion, overall, the positive features stand out in these women speeches, with the feeling that the social reintegration policies are seen as helpful in improving the educational and professional field.

Key-words:

Inmates; social reintegration, employment, vocational training, education

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Políticas de Reinserção Social	5
1.1 – Medidas e políticas de reinserção social em Portugal	5
1.2 – O Plano Individual de Readaptação e as parcerias	7
Capítulo II - Categorias Vulneráveis, Instituições Totais e Reinserção Social	12
2.1 – Instituições totais	14
2.2 – A relação entre o trabalho e a exclusão social	15
2.3 – Prisão, formação e atividade laboral	17
Capítulo III - As mulheres em sociedade e na reclusão	20
3.1 - A evolução da condição feminina	20
3.2 - A criminalidade feminina e a sua evolução	22
Capítulo IV – Estudo empírico: Perceções sobre os programas de reinserção profissional de reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires	27
4.1 - Metodologia	27
4.2 - O Estabelecimento Prisional de Tires	28
4.3 - Caracterização das pessoas entrevistadas	30
4.4 – Perceções acerca das políticas de reinserção social	32
4.5 – Formação e Trabalho no Estabelecimento Prisional de Tires	34
4.6 - A adaptação à vida prisional e a expectativa da vida em liberdade	38
Conclusão	42
Fontes	46
Bibliografia	47
Anexos	53
Anexo A – Carta aos Serviços Prisionais	53
Anexo B – Ofício de Autorização de Investigação	55
Anexo C – Consentimento que foi assinado pelas reclusas	57
Anexo D – Guião de Entrevistas para Reclusas em RAVE	58
Anexo E – Guião de Entrevistas para Reclusas em RAVI	61
Anexo F – Guião de Entrevistas para Reclusas que apenas estão a estudar	64
Anexo G – Guião de Entrevistas para Reclusas que não exercem atividades	66
Anexo H – Tabela de Entrevistas Transcritas	68

Índice de Figuras

Figura 4.1	31
-------------------------	----

Glossário de siglas

CEPMPL – Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

DGRSP – Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social

RAVE – Regime Aberto Virado para o Interior

RAVI – Regime Aberto Virado para o Exterior

Introdução

No dia 08 de Março de 2016, entidades oficiais do governo português dirigiram-se ao serviço prisional de Santa Cruz do Bispo, conforme registado pelo canal televisivo TVI24¹. Nesta reportagem, realizada devido à visita da secretária de Estado Adjunta e da Justiça, a Dra. Helena Mesquita Ribeiro e do secretário de Estado da Saúde, o Dr. Manuel Delgado, no dia da Mulher, é destacado no discurso das reclusas a importância do desenvolvimento de medidas como a escolaridade, a formação profissional e as atividades profissionais, para o desenvolvimento das políticas de reinserção social. Medidas estas igualmente mencionadas pela Dra. Helena Mesquita Ribeiro, que reforça a importância de ensinar às mulheres um novo modo de vida, e competências que facilitem a sua adaptação à vida em liberdade. Tanto os responsáveis pelo estabelecimento prisional como os membros do Ministério da Justiça presentes nesta visita sublinharam que as reclusas devem ser apoiadas durante o tempo em que estão privadas de liberdade. No fim desta breve reportagem, perguntou-se a uma das reclusas se tinha esperança de arranjar um emprego quando sair da prisão. De forma muito pragmática, responde que “a esperança é a última a morrer”.

Após uma análise da informação disponibilizada no *website* da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, verifica-se a existência de diversos protocolos entre entidades públicas e privadas, que têm o objetivo de desenvolver as políticas de reinserção social, colaborando não apenas na readaptação dos reclusos à sociedade, como para uma diminuição dos números de reincidência criminal. Parcerias com empresas como a Delta ou os Parques de Sintra contribuem para a motivação dos reclusos e o desenvolvimento de aptidões. A cooperação existente devido ao trabalho voluntário de indivíduos externos ao meio prisional promove a existência do convívio com outras pessoas. Os voluntários desenvolvem ações como momentos de meditação religiosa, aulas de dança, de artes plásticas, desporto e leitura, proporcionando aos reclusos o desenvolvimento de conhecimentos culturais.

Estas parcerias são desenvolvidas “numa perspetiva de corresponsabilização de toda a sociedade, procuram encontrar formas para a reinserção social dos reclusos, facultando-lhes o acesso ao trabalho, à formação profissional, à cultura e ao desporto e

¹ <http://www.tvi24.iol.pt/videos/sociedade/em-portugal-ha-862-mulheres-a-viver-na-prisao/56dee3e80cf2682026499ed0> (acedido a 03-08-2017)

promovendo a melhoria da sua situação económica, prevenindo e combatendo situações de carência geradoras de exclusão social.” (<http://www.dgsp.mj.pt/> - Ensino, Formação, Trabalho e Apoio à Reinserção Social - Protocolos). O objetivo de uma das parcerias, a Bolsa de Trabalho Prisional, centra-se em sensibilizar as entidades público-privadas, externas ao serviço prisional, a participarem no processo de empregabilidade dos reclusos; a reforçar a consciência social e a proporcionar uma oferta diversificada de atividades laborais. (Bolsa de Trabalho Prisional – Um Guia para as Entidades Empregadoras²)

Esta investigação propõe-se identificar como as políticas de reinserção social com foco no desenvolvimento de aptidões técnicas, o aumento do nível de escolaridade e a experiência profissional, implementadas pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, são percecionadas e experienciadas, através de entrevistas a reclusas que estão em fases diferentes do processo de reinserção social. Procura-se ainda obter uma perceção de como estas políticas irão contribuir para uma melhoria do estilo de vida das reclusas, após o cumprimento da sentença.

Na notícia divulgada, no discurso das reclusas é referido que as políticas de reinserção social contribuem para um progresso na vida das mesmas, em particular através da frequência da escola e da aquisição de competências profissionais. Neste sentido, recorrendo a entrevistas presenciais no Estabelecimento Prisional de Tires, nesta dissertação procura-se compreender como as reclusas entrevistadas percecionam as políticas de reinserção social, colocando questões como *“Na sua opinião o que são as políticas de reinserção social?”*; *“Considera que este tipo de oportunidade irá facilitar a sua vida em liberdade?”*; *“É da opinião que a aposta na formação irá ajudar a arranjar oportunidades de emprego?”*; *“É da opinião que esta experiência (formação e/ou atividade laboral) que está a ter irá contribuir para que quando estiver em liberdade lhe sejam abertas novas portas?”*

O capítulo I incidirá nas medidas e políticas de reinserção social desenvolvidas em Portugal, medidas estas que têm como principal objetivo a reintegração do indivíduo em sociedade, preparando-o para que após o cumprimento da pena, possa ter uma vida socialmente responsável, sem cometer infrações. Para a elaboração deste capítulo recorri

² <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/GuiaEntEmpreg.pdf> (acedido a 27/07/2017)

à legislação existente, nomeadamente ao Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Neste capítulo será também abordado como é desenvolvido o Plano Individual de Readaptação, e como este plano contribui para a reinserção social dos reclusos, incidindo nas medidas associadas à ocupação laboral, escola e formação profissional.

No Capítulo II abordo de forma sintetizada os temas base desta problemática, nomeadamente a exclusão social e a maneira como a mesma está associada à vulnerabilidade social e ao sentimento de pertença do indivíduo. Recorrendo a autores como Erving Goffman, Michel Foucault e Howard Becker, abordo também as instituições totais, e a forma como estas foram pensadas para afastar da sociedade os indivíduos que são considerados como socialmente excluídos. Seguidamente, exploro como o emprego e a exclusão social estão ligados, nomeadamente através da economia global e da forma como esta conduziu ao surgimento de novas formas laborais, formas estas flexíveis, e que procuram responder a um mercado de trabalho produtivo e exigente, que procura lucros a curto prazo e com o mínimo de gastos possíveis. No fim deste capítulo desenvolvo o tema formação e atividades laborais em meio prisional, como a manutenção, as oficinas técnicas (de manutenção de máquinas de café ou de tapetes de arraiolos), a limpeza, a cozinha, etc., incidindo na forma como estes são a base dos programas de reinserção social.

O capítulo III incide sobre o papel da mulher em sociedade e na reclusão. Neste terceiro capítulo, será abordada a evolução histórica da criminalidade feminina, como esta era antes percecionada e abordada na sociedade portuguesa. Irei também referir os fatores que influenciavam e justificavam os motivos que levam a mulher a cometer um crime.

No capítulo IV serão apresentados os resultados do estudo empírico realizado através de trabalho de campo desenvolvido no estabelecimento prisional de Tires, situado na periferia da grande Lisboa e destinado a mulheres em situação de prisão preventiva ou já em cumprimento de pena de prisão. Será apresentado como, através de entrevistas semiestruturadas, foram abordados com as reclusas temas como as políticas de reinserção social, as oportunidades de formação e de atividades laborais que têm, e ainda a experiência que as reclusas têm sobre as medidas de reinserção social.

Assim, esta investigação procura analisar práticas que promovem uma melhoria de estilo de vida das reclusas, com a aquisição de novos hábitos, novas competências e

novas formas de viver que diminuam a probabilidade de reincidência criminal, bem como uma integração positiva na sociedade após o encarceramento. O principal objetivo deste trabalho passa por contribuir para uma percepção de como estas políticas são pensadas, desenvolvidas e aplicadas, demonstrando alguns casos de sucesso, e quais são os aspetos que existem por melhorar, recorrendo à experiência de uns dos principais alvos destas políticas, as reclusas.

Capítulo I - Políticas de Reinserção Social

1.1 – Medidas e políticas de reinserção social em Portugal

Os estabelecimentos prisionais desenvolveram protocolos com o intuito de possibilitar uma relação de entreajuda em que as empresas e autarquias a recorrerem a mão-de-obra proporcionada pelos reclusos. Estas parcerias demonstram a necessidade que as prisões têm em recorrer ao meio externo de modo a que possam melhorar a perceção que a sociedade tem de si, alterando a perspetiva de que os estabelecimentos prisionais apenas têm o objetivo de encarcerar quem não cumpre as normas sociais, possibilitando que sejam entendidos como estabelecimentos que contribuem para que exista uma readaptação dos indivíduos na sociedade. Passando assim a prisão a depender do exterior, mas passando a estar mais ligada ao mesmo, não perdendo a sua imagem de controlo, mas podendo adotar as condições de vida existentes no exterior ao interior, facilitando posteriormente a reinserção social dos reclusos. (Cunha, 2008b)

As medidas privativas de liberdade em Portugal foram concebidas com o objetivo de reintegrar em sociedade o indivíduo, preparando-o para que após o cumprimento da pena possa ter uma vida socialmente responsável, sem cometer infrações. Conforme o artigo 2º, nº 1 do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade: “A execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade visa a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade”.

Em Portugal, existe um serviço responsável por determinar e executar as medidas necessárias para a prevenção criminal e reinserção social de jovens e adultos, promovendo ações educativas e medidas que sejam alternativas à prisão. Esta entidade é a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que permite uma intervenção onde o propósito é a reinserção social do indivíduo desde o momento pré-sentença até à liberdade, focando-se em oportunidades de mudança, limitando as consequências negativas da supressão da liberdade, e diminuindo os riscos de reincidência.

Uma das missões da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que se destaca é a implementação de uma estratégia que tem como foco reforçar as condições de reinserção social aquando da liberdade do indivíduo. Para tal a DGRSP tem como principais competências contribuir para a definição da política criminal, incidindo na temática da reinserção social e prevenção da criminalidade. A DGRSP colabora com os

Serviços Prisionais, contribuindo para a preparação da liberdade condicional dos indivíduos e o seu acompanhamento.

No *website* da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais encontramos informação referente às medidas de reinserção social aplicadas nos estabelecimentos prisionais de Portugal, nomeadamente educação, que é assegurada em todos os estabelecimentos prisionais e que se baseia nos mesmos princípios da oferta educativa em meio livre; atividades complementares e extracurriculares como língua portuguesa para estrangeiros, educação para a cidadania, artes visuais, música e desporto; formação profissional, que tem uma posição de relevo na reinserção social dos reclusos e na prevenção da reincidência criminal.

Os reclusos são informados sobre a oferta educativa e motivados para a sua frequência, principalmente os mais jovens, iletrados e os que apresentam necessidades específicas. A formação profissional é frequentemente alterada, de forma a acompanhar tanto o ambiente prisional como a procura pelo mercado de trabalho. É promovido o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais com o objetivo de fomentar a empregabilidade e o empreendedorismo.

Adicionalmente à educação, à formação profissional e às atividades laborais, são também elaborados programas que têm como foco o desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intergrupais. Práticas associadas à cultura, que têm como propósito desenvolver valores sociais éticos e humanistas, aumentam as capacidades dos indivíduos, fortalecendo a sua personalidade e identidade. Estas ações desenvolvem competências linguísticas e artísticas, uma vez que estão associadas à leitura, à visualização de filmes, à elaboração de textos escritos e/ou edições de jornais, dança, artes plásticas e música.

São também desenvolvidos programas associados ao desporto. Estes têm como propósito o desenvolvimento físico dos reclusos como a promoção do não-sedentarismo tornando-o um hábito saudável, focando-se na melhoria de competências comportamentais quer ao nível individual quer ao nível grupal. Existem ainda programas cujo principal foco é a sensibilização para a existência de doenças sexualmente transmissíveis ou associadas ao consumo de estupefacientes.

Estas ações fazem parte de um plano estruturado de prevenção e contingência, com o objetivo de preparar o recluso para a reinserção em sociedade, com a estipulação

de metas a curto e longo prazo, de forma a prevenir a reincidência criminal. São também proporcionados aos reclusos momentos de convivência com pessoas externas à prisão, que exercem voluntariado, que não os familiares e os colaboradores dos estabelecimentos prisionais. Estas medidas permitem a aquisição ou melhoria de competências pessoais, emocionais e sociais, e ainda promovem a mudança de atitudes e comportamentos, como a agressividade, ou práticas violentas.

1.2 – O Plano Individual de Readaptação e as parcerias

Ao integrar o estabelecimento prisional, é elaborado o Plano Individual de Readaptação” aplicado aos reclusos que tenham uma pena ou penas cumulativas com mais de 1 ano de duração (Art.º.º. 21º do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade). Conforme o artigo 69º, nº 2 do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, “O plano individual de readaptação estabelece os objetivos a atingir pelo recluso, as atividades a desenvolver, o respetivo faseamento, bem como as medidas de apoio e controlo do seu cumprimento a adotar pelo estabelecimento prisional, contemplando as seguintes matérias: a) Escolaridade e Formação profissional; b) Trabalho e actividades ocupacionais; c) Programas; d) Actividades sócio-culturais e desportivas; e) Saúde; f) Contactos com o exterior; g) Estratégias de preparação para a liberdade.”

Este programa é constituído com base quer nas recomendações dos técnicos de tratamento penitenciário, quer nas propostas apresentadas pelos próprios reclusos. Como referido no artigo 3º, nº 6 do CEPMPL: “A execução promove o sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas.”

A ocupação laboral é uma das políticas de reinserção social mais significativa para o Plano Individual de Readaptação, pois o recluso adquire competências técnicas, hábitos e rotinas de trabalho. “O trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma actividade laboral após a libertação.” (Art.º 41 nº1 do CEPMPL). O trabalho prisional é possível não apenas devido à necessidade de manutenção do estabelecimento prisional, como reparações, limpezas, confeção de alimentação, mas também devido à existência de parcerias existentes entre entidades

publico/privadas. Estas têm como objetivo diversificar a oferta laboral existente dentro do estabelecimento prisional e ainda adequar esta oferta tanto ao perfil dos reclusos como à necessidade do mercado de trabalho português.

Com o intuito de criar parcerias com entidades público-privadas, a Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais desenvolve ações com empresas, escolas, centros de formação, universidades, instituições de solidariedade social, etc., envolvendo estas de forma a desenvolver cooperação entre ambas as partes na aplicação de medidas e programas que visam a reintegração social. Estas parcerias promovem também ações de sensibilização e de prevenção da criminalidade.

As parcerias de destaque são com entidades como a VEDAP, Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.³, que tem como intuito alocar reclusos a ocupações laborais em meios externos ao estabelecimento prisional, desempenhando tarefas associadas à construção civil; com a Autoridade Nacional de Proteção Civil⁴ com o objetivo de alocar reclusos a funções nas áreas da manutenção e conservação de instalações, mobiliário e equipamentos; com a Secretária-geral do Ministério da Justiça⁵, através da qual os reclusos têm a possibilidade de desempenhar funções de apoio aos serviços gerais e administrativos, como tratamento de correspondência e arquivo; com o Centro de Estudos Judiciários⁶, onde a mão-de-obra proporcionada pelos reclusos é utilizada em funções de manutenção, limpeza e transporte de materiais de informática; com a Liga dos Amigos do Centro Hospitalar do Médio Tejo⁷, através da qual os reclusos desempenham funções de limpeza, arranjos exteriores, jardinagem, manutenção e reparações no centro hospitalar; com a Autoridade Florestal Nacional⁸, com o intuito de desempenho de tarefas em matas nacionais como a de Montejunto, Abrigada, Mestras, Vimeiro, Covilhã, Serra da Estrela, Foja e Lousã, onde os reclusos desempenham funções como plantação de árvores, limpezas, desbastes, podas e desramações e ainda preparação de terrenos, manutenção de espaços verdes, obras, e manutenção de edifícios.

É a parceria com os Parques de Sintra – Monte de Lua, S. A⁹ que envolve o estabelecimento prisional de Tires, onde foi realizado este estudo. Esta parceria promove

³ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=219> (acedido a 05-08-2017)

⁴ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=208> (acedido a 05-08-2017)

⁵ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=237> (acedido a 05-08-2017)

⁶ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=249> (acedido a 05-08-2017)

⁷ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=387> (acedido a 05-08-2017)

⁸ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=438> (acedido a 05-08-2017)

⁹ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=439> (acedido a 05-08-2017)

o desempenho de funções associadas à limpeza de matas e caminhos florestais, jardinagem, manutenção de espaços verdes, obras e manutenção de edifícios.

São também desenvolvidas parcerias que incluem entidades locais, como por exemplo, a Escola Secundária do Bocage, em Setúbal e a Junta de Freguesia de S. Julião¹⁰, associadas ao Estabelecimento Prisional de Setúbal; as Juntas de Freguesia de Santa Catarina da Serra e Amor, e a empresa Sevlaires, associadas ao Estabelecimento Prisional Regional de Leiria¹¹. Através desta última colaboração foi criada uma brigada constituída por seis reclusos que desempenham funções de limpeza, manutenção e desmatção de espaços verdes (no caso das juntas de freguesia). No que concerne à empresa Sevlaires, os reclusos desempenham funções dentro do estabelecimento prisional, grupos de 10 a 12 indivíduos, que são responsáveis por trabalho à peça. A Direção Regional Dos Equipamentos e Transportes Terrestres, nos Açores¹² envolve o Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo, tendo como objetivo proporcionar aos reclusos a possibilidade de executarem tarefas de manutenção oficial de equipamentos, recuperação de infra-estruturas e recuperação, manutenção e limpeza de vias pertencentes à rede de transportes regionais e de outros espaços públicos. Foi também desenvolvida uma parceria entre a Câmara Municipal da Mealhada e o Estabelecimento Prisional de Coimbra¹³, onde é solicitado que os reclusos desempenhem funções de limpeza, jardinagem, manutenção de espaços verdes e pequenas reparações em parques e jardins públicos.

Para além dos protocolos já mencionados existem outros que abrangem diversos estabelecimentos prisionais, como por exemplo com a Tecnidelta – Equipamentos Hoteleiros, Lda.¹⁴, a mesma é aplicada tanto no Estabelecimento Prisional de Lisboa como no de Paços de Ferreira. Em ambos os estabelecimentos foram instaladas oficinas de reparação de máquinas de café e seus derivados, como moinhos de café, máquinas de lavar loiça, e ainda a limpeza e descalcificação. É de salientar que esta cooperação proporciona o desenvolvimento de competências técnicas específicas devido à especificidade das máquinas a reparar.

¹⁰ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=279> (acedido a 05-08-2017)

¹¹ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=279> (acedido a 05-08-2017)

¹² <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=289> (acedido a 05-08-2017)

¹³ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=435> (acedido a 05-08-2017)

¹⁴ <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/Informacoes/outrasinformacoes.php?id=376> (acedido a 05-08-2017)

Uma das parcerias desenvolvidas pela Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, e de destaque para esta investigação, é com entidades como as Redes Regionais de Emprego; com o Mercado Social de Emprego (que são dependente do IEF - Instituto de Emprego e Formação Profissional); com Redes Sociais (como os centros regionais de segurança social, casas da misericórdia, IPSS – Instituições privadas de Solidariedade Social e Organizações não governamentais). Estas parcerias têm como principal objetivo envolver a comunidade na administração da justiça tutelar penal, contribuindo ambas as partes para a prevenção criminal e para a reinserção social.

Conforme podemos confirmar no *website* do IEF¹⁵, uma das medidas implementadas em Portugal é o contrato emprego. Esta medida permite um apoio financeiro às entidades patronais que celebrem um contrato de trabalho, seja ele sem termo ou a termo com duração igual ou superior a 12 meses, com indivíduos que estejam desempregados, sendo um dos grupos abrangidos por esta medida os ex-reclusos que tenham cumprido uma pena de privação de liberdade e que tenham as condições de serem inseridos em vida ativa.

Estes protocolos procuram encontrar formas de contribuir para a reinserção social do recluso, ajudando na procura de trabalho, na formação profissional, no desenvolvimento de saberes associados á cultura (como música, artes plásticas, teatro, exposições, palestras e publicações de jornais), e desenvolvimento de atividades desportivas, proporcionando uma melhoria na situação económica do recluso e prevenindo situações de carência e exclusão social.

Conforme o artigo 5º, nº 2, do CEPML “O tratamento prisional consiste no conjunto de atividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação”.

Conforme podemos verificar na literatura que será referida mais adiante e nas entrevistas realizadas, as medidas atualmente em vigor e continuam a ser o principal enfoque no apoio à reinserção social dos reclusos. O desenvolvimento de competências sociais, profissionais, educativas e intergrupais, o aumento da escolaridade, a realização

¹⁵ <https://www.iefp.pt/apoios-a-contratacao> (acedido a 31-07-2017)

de formações profissionais e as atividades laborais desenvolvidas continuam a ser a sustentação das políticas de reinserção social e de desenvolvimento pessoal dos reclusos.

Capítulo II - Categorias Vulneráveis, Instituições Totais e Reinserção Social

O conceito “exclusão social” engloba outros termos que estão interligados como o estigma, o desvio e a marginalidade. Está presente nos discursos sociais e é usado para referir as desigualdades existentes, demonstrar quais os indivíduos que participam ativamente na comunidade e aqueles que, por não terem recursos suficientes, não conseguem contribuir de igual forma para o funcionamento da sociedade. Aqueles que são excluídos socialmente são privados de recursos materiais, sociais e económicos, privação que os coloca nesta posição de exclusão. O indivíduo passa assim, a nível simbólico, por uma fase de transformação de identidade, passa a sentir-se supérfluo para a sociedade não sendo capaz de vencer os obstáculos que lhe aparecem. (Rodrigues, *et al*, 1999)

A exclusão social está associada à vulnerabilidade social, estando assim sujeita ao estado em que se encontra a sociedade, no entanto apesar de se encontrar em constante evolução, os fatores que conduzem à exclusão acabam por ser estruturais, e estarem relacionados com a pobreza, o desemprego, etc. Socialmente excluído, e por não lhe serem proporcionadas as devidas oportunidades, como alternativa de fonte de rendimentos económicos, o indivíduo pode optar por ter comportamentos desviantes, cometendo crimes como assaltos ou tráfico de estupefacientes. (Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011)

A noção de estigma foi pensada e desenvolvida principalmente pelos filósofos gregos, marcavam aqueles que não tinham uma conduta expectável de acordo com o pensamento socialmente aceite, com marcas físicas visíveis. Esta prática era aplicada a escravos, portadores de doenças ou criminosos. Mesmo numa fase posterior, o estigma continuou a ser associado a marcas físicas visíveis, alguém com uma falha física visível era estigmatizado e afastado da sociedade. Estigmatizado, hoje em dia, já não é apenas o indivíduo que têm uma anomalia física visível, é aplicado ao indivíduo que não se adapta às regras socialmente impostas. (Goffman, 1988 [1963]).

Juntamente com o conceito explicado anteriormente, encontramos os termos desvio e marginalidade. Conforme explica João de Pina Cabral (2000), que recorreu à investigação de Victor Turner suportada pelo trabalho de Arnold Van Gennep, as sociedades recorrem a um modelo básico de estrutura de posições, logo todos aqueles que

são considerados como marginais acabam por estar numa fase intermédia, à qual Turner definiu como liminaridade, “Liminar é tudo o que está nas margens, «não está aqui nem ali; está entre [*betwix and between*] (...)»” (Turner, Victor, 1967 *cit* in Pina Cabral, 2000: 871). É de salientar que o próprio termo liminar sofreu uma atualização; conforme indicado, é alguém que não está em lado nenhum, que está fora da estrutura da sociedade, sendo associado a uma fase de transição, o indivíduo está a passar de uma fase para outra. Mas para Turner o estado liminar não é apenas de transição, é também associado a um estado marginal, alguém que está nas margens da sociedade, no entanto neste caso o indivíduo está em simultâneo dentro e fora da sociedade, pertence à mesma, mas por não cumprir as normas foi colocado à margem. Howard Becker, um dos sociólogos cuja investigação incidiu também no termo desvio, defende que “(...) podemos descrever como desvio qualquer coisa que difere do que é mais comum.” (Becker, 2009 [1963]: 18)

Becker defende que os grupos sociais tendem a delimitar regras e em determinados momentos a impor as mesmas, e quando o indivíduo não cumpre o imposto é visto como um *outsider*, alguém que se presume que não irá conseguir viver conforme as regras definidas. Logo quem proporciona a que um indivíduo seja visto como um *outsider* são os grupos sociais dos quais faz parte, pois o grupo cria regras cuja infração leva a que seja considerado um *outsider*. (Becker, 2009 [1963]). Neste sentido os grupos sociais são responsáveis por definir o que está correto e o que não está, quem está bem e quem está na margem. “Assim, a marginalidade passa a ser encarada como a condição de pessoas, objetos, práticas e significados que são menos legitimados pela operação dos processos de poder simbólico. “(Pina Cabral, 2000: 847)

O desvio não é um ato isolado, que apenas tem uma origem, segundo Becker, o desvio faz parte de um empreendimento. As regras criadas são resultados de situações que não são socialmente aceites, situações essas levadas a público e dos quais resultam as regras a ser cumpridas. Por isso Becker define o desvio como um empreendimento, pois sem algo acontecer, e sem surgirem regras que sejam quebradas, o desvio não existe. (Becker, 2009 [1963])

2.1 – Instituições totais

Qual a melhor forma de isolar os indivíduos marginais da sociedade, os excluídos socialmente? Segundo Goffman, a forma como a sociedade isolava estes indivíduos, era através das instituições totais. Goffman define as instituições da seguinte forma, “Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado (...). A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais (...)” ((Goffman, 1974 [1961]: 16)

Conforme Goffman, existem diversos tipos de instituições totais, dirigidas a pessoas incapazes de cuidar de si próprias, como os lares; para pessoas incapazes de tratar de si mesmas e que representam uma ameaça à sociedade, os sanatórios e hospitais para doentes mentais; bem como aquelas que têm uma papel no funcionamento da sociedade, como as escolas e os quartéis; as utilizadas para que os indivíduos recorram a elas para “fugirem do mundo”, como os conventos e mosteiros. E por fim, e as instituições que são alvo desta investigação, as prisões, que Goffman define como locais utilizados para proteger a sociedade de perigos iminentes. (Goffman, 1974 [1961]).

O que é comum a todas estas instituições e que vem mais tarde a ser confirmado por Foucault (2007 [1975]) no caso dos estabelecimentos prisionais? Todas elas impõem regras aos seus internos. Ou seja, todos fazem as mesmas atividades obrigatórias, com horários definidos e no mesmo local. Este tipo de “obrigatoriedades” tem como foco fazer com que se cumpra o objetivo da existência da instituição, para que o indivíduo reaprenda normas sociais de forma a regressar à sociedade e a ser aceite na mesma. Além de que todas as atividades são desempenhadas em grupo, conduzindo a que o indivíduo adquira também hábitos de viver em sociedade e lidar com os demais. (Goffman, 1974 [1961])

Conforme defendido por Foucault, a prisão foi criada com o objetivo de repartir os indivíduos, categorizá-los, e fazer com que utilizem a maioria do seu tempo e força para o bem social. Indica ainda que a prisão é utilizada para reunir os indivíduos, colocados à margem da sociedade, numa instituição total como definido por Goffman, para que possam estar em constante observação, num local onde tudo o que fazem se

sabe, como forma de punição. Sendo que quem os aloca a estas instituições são todos aqueles que têm o poder para fazer com que a ordem se mantenha em sociedade, os tribunais e a polícia. (Foucault, 2007 [1975]).

Para além de ser uma forma de reunir todos os indivíduos marginalizados ou considerados um perigo para a sociedade, a prisão para Foucault era ainda uma forma de castigo e punição. É o local onde os indivíduos enfrentam a sua punição, um espaço onde são obrigados a ponderar na sua infração sendo algo que os vai acompanhar para sempre, a liberdade é limitada, algo que damos como garantido, como a liberdade de movimentação, pois é um espaço onde estão sob constante vigilância. (Foucault, 2007 [1975]) Becker reforça esta ideia referindo que para os membros da sociedade, quem comete um crime, seja um furto seja um assassinio, é visto como um *outsider*, logo a decisão da sociedade é punir o mesmo, e a forma de punição é através da reclusão do mesmo. (Becker 2009 [1963])

Goffman descreve o processo pelo qual os indivíduos passam ao entrar numa instituição causando a ideia de mortificação do eu. Com a implementação de regras, o recluso passa por uma fase de adaptação e de normalização, sendo que por terem regras e normas a serem cumpridas acabam por dar o primeiro passo em que começam a afastar-se da vida que tinham antes da reclusão, e a adotar uma nova forma de viver. (Goffman, 1974 [1961]). É o processo de mortificação do eu que constitui a primeira forma de reinserção social.

2.2 – A relação entre o trabalho e a exclusão social

“O trabalho é um conceito ambíguo e complexo, significa atividade física e intelectual; um ato compulsório, mas também um ato de criação que constitui uma fonte de desenvolvimento e de satisfação; é um meio de subsistência, mas ao mesmo tempo, uma forma de autorrealização; é fonte de rendimento, de estatuto, de poder e de identidade” (Kóvacs *et al*, 2006: 6) O trabalho proporciona aos indivíduos a chance de satisfazer necessidades, não apenas económicas, que são essenciais para o seu bem-estar, contribuindo para uma autorrealização e para alcançar objetivos pessoais. (Lopes, 2011)

Conforme referido por Ilona Kóvacs, estamos diante de uma economia global onde o foco são os lucros a curto prazo, com o mínimo de custos possíveis. Com esta

dinâmica, surgem novas formas de trabalho, mais flexíveis, como o trabalho temporário, o regime de part-time, doméstico e independente. Esta nova dinâmica, que procura obter lucros em pouco tempo e a baixo custo levou a uma precarização dos postos de trabalho, que são instáveis e mal remunerados. (Kóvacs, 2004; Diogo, 2012) Apesar do objetivo destas formas flexíveis de trabalho ser dar resposta a um mercado que procura recursos disponíveis para efetuar produções em grandes escalas, quem é mais afetado por esta flexibilidade são os jovens, as mulheres e os indivíduos de uma faixa etária mais elevada e menos instruídos (Kóvacs, 2004). Por um lado, são consideradas como uma forma de os indivíduos ingressarem no mercado de trabalho e terem uma fonte de rendimentos, no entanto por outro lado não deixam de ser contratos instáveis, com baixos salários e fracas possibilidades de progressão de carreira. (Kóvacs, 2004; Diogo, 2012)

No mercado de trabalho português está presente esta flexibilização, que apesar de ser regulamentada, não deixa de ser uma forma de marginalização, comparando com os contratos de trabalho convencionais (sem termo/efetivos) (Vaz, 2000; Crompton e Lyonette, 2007). Kóvacs denuncia a dualidade existente nas formas flexíveis de trabalho; pois por um lado são uma maneira de os indivíduos acederem ao mercado de trabalho mas por outro lado, por serem necessários os recursos com urgência, se um colaborador não se adaptar à função que lhe é atribuída, facilmente o contrato é cessado, voltando a uma situação de desemprego e por sua vez exclusão. (Kóvacs, 2004)

A instabilidade existente no mercado de trabalho propicia a que os indivíduos se sintam descontentes com a sua vida profissional e a que tenham o receio de perder o emprego, esta possível perda pode ter repercussões no crescimento económico, causando instabilidade social, e por sua vez exclusão social. (Centeno e Novo, 2008; Diogo, 2012) O mercado de trabalho em Portugal tem duas particularidades menos favoráveis, segundo Isabel Vaz: 1) não existem postos de trabalho suficientes, e 2) os trabalhos que existem, apesar da legislação em Portugal ser considerada rígida (protegendo de igual forma tanto o colaborador como o empregador), são flexíveis e instáveis. (Vaz, 2000)

Uma das maiores causas de exclusão social é a não inserção no mercado de trabalho. Não ter trabalho faz com que os indivíduos não tenham posses económicas, gerando assim uma vida de pobreza, através da qual não conseguem aceder a bens essenciais, sendo que nestas situações o indivíduo acaba por ficar bastante limitado na criação de uma identidade social, e mesmo na contribuição para a sociedade. As redes familiares e comunitárias nas quais está inserido acabam por ser fragilizadas, e o local

onde o indivíduo habita também, podendo ambas serem a causa da exclusão. Em situação de exclusão social, o indivíduo acaba por ser posicionado para “fora” da sociedade, criando uma rutura nos laços entre o mesmo e a sociedade. Conforme indicado por Eduardo Vítor Rodrigues, *et al* (1999), esta rutura e a exclusão social estão por vezes na base do surgimento de grupos marginais, que põe em causa a segurança e a normatividade social. Em casos extremos a exclusão social pode causar desintegrações a diversos níveis, como profissional, familiar e económico, provocando ao indivíduo uma instabilidade na sua vida, e podendo levá-lo ao crime. (Rodrigues *et al*, 1999; Vaz, 2000)

Ter emprego é uma forma de proporcionar aos indivíduos uma relação com a sociedade, ocupando um lugar na mesma, tendo um estatuto social, e contribuindo para o seu desenvolvimento. (Kóvacs *et al*, 2006). Encontramos como discurso de combate à exclusão social o desenvolvimento de medidas associadas à escolaridade, à formação profissional e ao combate ao desemprego. (Rodrigues *et al*, 1999; Vaz, 2000, COM, 2003 in Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011; Carmo *et al*, 2012) Estas medidas têm como objetivo ajudar principalmente os jovens, os indivíduos com baixa escolaridade, e os mais velhos, que são os principais lesados da flexibilização laboral. (Kóvacs, 2004)

Como dizem Gomes et al, 2003: 27, “Um pressuposto da reinserção social dos reclusos é que deve dar-se a estes, durante o período da reclusão, os meios e as competências necessárias e adequadas para que não cometam novos crimes uma vez em liberdade” Oferecer-lhes a possibilidade de trabalhar é assim crucial.

2.3 - Prisão, formação e atividade laboral

No início do século XIX, o trabalho penal não tinha uma imagem positiva, pois entendia-se que este ia retirar trabalho a quem não se encontrava a cumprir pena derivado de má conduta. Foucault defendia que o trabalho prisional não devia ser pensado nesta perspetiva, por um lado não havia muitas atividades laborais para os reclusos, e por outro as mesmas eram mal remuneradas. Portanto, o autor afirma que o trabalho penal servia acima de tudo para criar ordem na prisão, para que os reclusos tivessem uma atividade regular, com regras, com vigilância, criando hábitos de trabalho. A atividade laboral tinha o objetivo de transformar um indivíduo que era violento e agitado num indivíduo que desempenha o papel social que lhe é exigido, uma pessoa trabalhadora. Foucault dá ênfase ao trabalho prisional como uma das principais formas de correção, pois é através do

mesmo que o recluso aprende uma atividade que futuramente o ajudará a ter uma fonte de rendimento. (Foucault, 2007 [1975])

Manuela Cunha (2008a) vem reforçar a ideia de que o trabalho prisional sofreu alterações, deixou de ser apenas uma técnica disciplinar que faz com que a ordem e a disciplina sejam mantidas. Passou igualmente a ser um direito dos reclusos, uma forma de terem rendimentos para comprarem bens essenciais (Faugeron, 1996b in Cunha, 2008a).

Ana Vitória Moreno e Teresa Tomé de Sousa defendem que a reclusão é uma forma de prevenção da criminalidade, em simultâneo afasta o infrator da sociedade, e uma vez que em reclusão, o indivíduo tem a possibilidade de perceber os erros que cometeu, aprender com os mesmos e por sua vez reaprender a viver em conformidade com as regras sociais através da disciplina e do trabalho. Neste sentido, atividades como trabalhar e contribuir para o bom funcionamento do local onde estão são fundamentais para a readaptação à sociedade (Moreno e Sousa, 1996). Conforme defendido por Conceição Gomes, Madalena Duarte e Jorge Almeida, a atividade laboral é fundamental para a reinserção social, pois um dos principais objetivos do “(...) trabalho prisional tenha um carácter formativo, isto é, dotação ao recluso de hábitos de trabalho e de competências, levando a que o próprio recluso assuma o desejo de participar no seu processo de reinserção.” (Gomes *et al*, 2003, P. 29). Adicionalmente, a formação também tem um papel importante uma vez que proporciona aos reclusos a possibilidade de desenvolver as suas competências pessoais e profissionais, de forma a que não voltem a reincidir. (Gomes *et al*, 2003).

O trabalho na prisão é fundamental para a reinserção social. O facto de trabalharem permite que os reclusos aprendam novas competências, que ganhem hábitos de trabalho (que muitos não tinham), proporcionando a ficarem motivados a trabalhar, pois para além de ajudar a passar o tempo, é uma forma de obter algum rendimento. Além de contribuir a que os reclusos fiquem ocupados, mantem a segurança do próprio estabelecimento e também ajuda a não ceder a comportamentos desviantes, como consumo de substâncias ou violência. Proporciona ainda que os reclusos ganhem hábitos de cumprirem regras e horários. (Gomes *et al*, 2003)

No entanto, apesar do trabalho na prisão ser fundamental para a reinserção social, há aspetos a melhorar. Um deles é a falta de oferta de trabalho, uma vez que não há para

todos, podendo causar uma falha no processo de reinserção. Por outro lado, as funções desempenhadas são majoritariamente de manutenção, o que faz com que as competências que os reclusos ganham possam não ir de encontro com o que é procurado no mercado de trabalho. Além de que os próprios reclusos, muitas das vezes encaram o trabalho como uma forma rápida de passarem o tempo, e não como ele foi pensado, uma forma de ganharem hábitos e competências. (Gomes *et al*, 2003).

Capítulo III - As mulheres em sociedade e na reclusão

3.1 - A evolução da condição feminina

Durante alguns séculos foi recusado à mulher a participação tanto no ambiente civil como no político, a gestão de ambos era considerada da responsabilidade dos homens. Foi através dos movimentos feministas que se iniciou o processo de emancipação das mulheres que passaram a ter direito a fazer parte do discurso político, das instituições e das culturas em diversas sociedades (Crompton e Lyonette, 2007; Amâncio, 2012; Nunes, 2013)

Devido à globalização e à liberalização do comércio, houve um crescimento da concorrência internacional, conduzindo a um aumento de trabalhos remunerados para as mulheres, pois devido à falta de mão-de-obra, houve necessidade que as mesmas interviessem. (Hirata, 2001; Wall, 2005; Wall Guerreiro, 2005; Amândio, 2007) No entanto este aumento não foi de todo benéfico para as mulheres, com ele surgiram outros riscos como as desigualdades de salários, de condições laborais e ainda de saúde, pois desempenhavam funções precárias, vulneráveis, mal remuneradas, instáveis e sem progressão de carreira, além de não serem protegidas tanto a nível de lei do trabalho como de sindicatos. (Hirata, 2001). Adicionalmente a mulher continuou a ter um papel fundamental na esfera doméstica, passando assim a ter o dobro do trabalho. (Hirata, 2001; Wall, 2005; Amândio, 2007)

Com a evolução da sociedade, a situação supramencionada passou a ser menos visível. Encontramos uma evolução no que concerne às tarefas desempenhadas pelas mulheres, inclusive começou-se a verificar um crescimento do seu papel em cargos executivos e “intelectuais”. Sendo que existe um desenvolvimento do sector dos serviços e o surgimento de novas profissões que já são pensadas para todos e não é tida em conta a questão do género. Apesar das funções desempenhadas pelas mulheres continuarem a ser ligadas a sectores como os serviços, saúde e educação, conseguimos verificar uma evolução histórica onde a mulher já tem mais formação, qualificações e um melhor salário. (Crompton e Lyonette, 2007; Amâncio, 2012; Hirata, 2001). No entanto continuamos a encontrar extremos, enquanto por um lado temos a emancipação da mulher e por isso encontramos melhorias significativas, por outro continuamos a encontrar mulheres com baixas qualificações, salários e com tarefas que não são valorizadas. Ou

seja, crescem os trabalhos “bons”, mas os precários continuam mais precários (trabalhos precários, temporários, a tempo parcial, que são mal pagos e sem perspectivas de progressão de carreira). Para além de que, apesar dos desenvolvimentos tecnológicos facilitarem o trabalho doméstico, o mesmo continua a estar fortemente ligado à mulher. (Hirata, 2001; Wall, 2005; Amândio, 2007)

De uma forma geral, a mulher, na sociedade, tem um papel associado ao trabalho doméstico. Apesar desta associação, o trabalho doméstico não deve ser menosprezado, pelo contrário, tem um papel fundamental tanto a nível social como a nível económico, pois apesar de não fazer parte das atividades consideradas economicamente produtivas, o trabalho doméstico é fundamental para que se mantenha um equilíbrio na vida social, familiar e profissional dos indivíduos (Anne-Marie Grozelier, 1998 in Kóvacs *et al*, 2006: Wall, 2007)

Em Portugal, depois da revolução do 25 de Abril de 1974, existiram uma série de transformações no que concerne à educação, direitos e carreiras profissionais, afetando de forma positiva as mulheres (Crompton e Lyonette, 2007; Amâncio, 2012; Silva, 2010). Em 1979 foi promulgado um decreto-lei que garantia a igualdade de tratamento e condições no que concerne ao trabalho (Decreto-Lei Nº 392/79, de 20 de setembro). Desde então foram desenvolvidas medidas que procuraram diminuir as disparidades entre salários femininos e masculinos, com o objetivo de aumentar a inclusão das mulheres e promover a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, conciliando a vida pessoal e vida profissional (por exemplo o Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género; o Plano Nacional do Emprego; o Plano Nacional de Ação para a Inclusão; CITE; CIDM; CIG) (Wall e Guerreiro, 2005; Crompton e Lyonette, 2007; Wall, 2007; Amâncio, 2012; Silva, 2010)

Em contexto de mercado de trabalho, ainda estão presentes desigualdades entre mulheres e homens. Apesar da existência de uma evolução do papel da mulher e da sua proteção social, continuam a existir algumas desigualdades, como as diferenças salariais. Outra desigualdade é a escassez da entrada das mulheres no mercado de trabalho em posições de poder, sendo esta situação é frequentemente vista como sendo de “ordem natural”. As mulheres só muito progressivamente passam a estar presentes em lugares antes apenas frequentados por homens. (Macedo e Santos, 2009)

No programa Estratégia Europeia 2020 um dos principais objetivos é o de aumentar o número de mulheres que participam no mercado de trabalho, procurando reduzir o défice económico e reforçar a economia da União Europeia. O mesmo passa por proporcionar um equilíbrio entre mulheres e homens no que concerne a posições de poder; a potenciar o empreendedorismo feminino, principalmente em sectores onde a figura masculina ainda é predominante como as tecnologias e a inovação. Para isto acontecer é necessário promover a igualdade de género, a criação de empregos e a coesão social, sendo igualmente importante a diminuição de obstáculos impostos tanto a homens como a mulheres. (Marques e Moreira, 2011)

Apesar da existência destas medidas, ainda se verificam vulnerabilidades como mulheres com contratos de trabalho precários, bem como é possível verificar um elevado nível de desemprego, salários baixos, e difícil acesso a posições de poder e progressão de carreira limitada. Para combater estas vulnerabilidades foi criado pelo Conselho Europeu de Chefes de Estado e de Governo o Pacto Europeu para a Igualdade de Género, que para além de procurar combater o acima referido, procura ainda promover a existência de um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal das mulheres. O estado português desenvolveu também o Plano para a Igualdade, sendo que o III plano de 2007 a 2010 procurava desenvolver o empreendedorismo feminino. (Marques e Moreira, 2011)

3.2 - A criminalidade feminina e a sua evolução

É no século XIX que a criminalidade no feminino começa a ser alvo de atenção académica. Esta representação estava muito ligada a um trabalho desenvolvido por Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, em 1893, na obra *La Donna Delinquente, la Prostituta e la Donna Normale* e abordado no trabalho de Rafaela Granja. Os autores defendiam que a criminalidade feminina estava associada à natureza biológica da mulher e não ao tempo histórico ou espacial onde a mesma se encontrava. Ou seja, para estes autores, a mulher era criminosa por tendência, ou tinha alguma patologia que a afastava do seu papel biológico. (Granja, 2015)

Antes das prisões existirem, as mulheres que cometiam crimes eram vistas como mulheres que perderam a honra e que cometeram pecados públicos, e por isso eram alocadas a instituições como as casas da Misericórdia, instituições que surgiram no século XVI, sendo que eram sujeitas a tratamentos ligados à esfera doméstica. Estas instituições

eram governadas por congregações religiosas que tinham uma postura baseada em valores patriarcais e moralizadores. Apenas em 1936, com a implementação da Reforma Prisional foram estabelecidos novos métodos de punição, no entanto, continuavam a incidir em modelos domésticos e de feminilidade. (Silva, 2013)

Conforme demonstrado no trabalho de Raquel Matos (2006) e lembrado por Granja (2015), existem quatro tendências para justificar o motivo que leva a mulher a cometer um crime: a biologia, a sexualização, a patologia e a masculinização. Como motivo a biologia é justificado através do facto das mulheres serem associadas a uma imagem mais vulnerável devido às influências da biologia das mesmas, como fases de stress, pressão, hormonas etc. No caso da sexualização, em comparação com os homens, e semelhante à biologia, as mulheres estão sujeitas a diversas pressões, o que faz com que facilmente cedam e optem por adotar comportamentos desviantes. (Matos, 2006; Granja, 2015)

No que concerne à patologia, encontra-se igualmente associada à biologia, uma mulher que cometa um crime, é porque tem uma patologia, pois não é um comportamento “comum”. No entanto, a autora chama à atenção do facto de se cometer o erro de não considerar os outros aspetos da vida de uma mulher, como a sua situação económica, a violência que sofre, o poder e as formas de controlo que os homens têm, a pressão a que a se encontra sujeita. Por fim, o motivo da masculinização está associado ao facto de as mulheres que cometem crimes serem vistas como se tivessem características biológicas semelhantes às dos homens, como a agressividade, por outro lado aquelas que não cometem crimes são vistas como as que seguem os ideais da feminilidade (Matos, 2006; Granja, 2015)

Apesar de esta visão ser estereotipada e sexista, e ter sido fortemente refutada, continua a ser uma das bases no que toca à investigação da criminalidade da mulher, até aos anos 1970. Estas teorias tinham três principais falhas, como “(...) (i) falhavam em teorizar e realizar estudos empíricos sobre a criminalidade feminina, (ii) negligenciavam a vitimação feminina e, em particular, a violência que os homens exercem sobre as mulheres, e (iii) se concentravam quase exclusivamente no impacto do sistema de justiça criminal nos ofensores masculinos, emergiam discursos de rutura e questionamento.” (Granja, 2015:120)

As novas abordagens focaram-se em dois aspetos. O primeiro foi uma análise do papel, posição e controlos sociais a que as mulheres estão sujeitas, controlos esses como por exemplo: a opressão feminina, a violência, entre outros, que acabam por influenciar o comportamento feminino. Aqui foi considerada a mulher no geral e não a distinção entre mulher criminal e não criminal como até então. Outra abordagem que surgiu foi deixarem de fazer estudos em que abordavam primeiro os homens e posteriormente faziam uma comparação com a mulher. (Granja, 2015). Os estudos começaram a ser apenas com mulheres, passaram a ter uma voz, e a ser ouvidas tanto como vítimas como criminosas. Os estudos atuais passaram a ter em conta o contexto em que a mulher está inserida, a sua história de vida, etc. (Cunha, 2002; Duarte e Cunha, 2014; Frois, 2017; Sena, 2015 in Granja, 2015). Sendo que nas pesquisas atuais continuamos a encontrar influência das primeiras teorias desenvolvidas, principalmente do fator biológico e psicológico como justificativos para as mulheres cometerem crimes. (Granja, 2015)

As mulheres reclusas sofrem um duplo estigma: o de serem mulheres, e o de serem reclusas, tornando-as duplamente parte do grupo de indivíduos socialmente excluídos. (Rodrigues, *et al*, 1999). Conforme indicado por Teresa Beleza (Beleza, 1988, in Moreno e Sousa, 1996), quando se pensa numa mulher não se associa a que esta possa cometer um crime, logo as mulheres são mais vulneráveis ao estigma prisão. (Beleza, 1988, in Moreno e Sousa, 1996) Ao ser presa, a mulher sofre com a preocupação de quem cuidará da família, assim a reclusão da mulher faz com que se agravem diversos problemas, como a pobreza e a solidão, afetando principalmente as crianças e os idosos (Cunha, Granja e Machado, 2014)

Na aplicação da lei, encontra-se frequentemente discriminações de género para com as mulheres, isto ocorre devido à estigmatização a que são sujeitas, ao facto de socialmente não estarem protegidas, e devido à presença de discursos patriarcais na sociedade atual. (Matos e Machado, 2007). Nem todos os crimes que as mulheres cometem é por influência de outros indivíduos, muitas das vezes são “obrigadas a” devido a alterações na situação familiar, como a reclusão do companheiro, chegam a culpá-lo por ir preso pois esta mudança conduziu a que a mulher fosse obrigada a cometer um crime para poder ter um rendimento económico. No entanto as reclusas por vezes adotam os dois discursos, o de que cometeram o crime por vontade própria, e o de que sofreram alguma influência por algum ente próximo, sendo que não recorrem ao motivo da violência para justificar o crime que cometeram. (Granja *et al.*, 2012)

Pat Carlen reforça esta ideia, indicando que alguns juízes chegavam a condenar mulheres pelo facto de as mesmas serem já consideradas como socialmente excluídas, pois não trabalhavam, não tinham onde morar e consumiam estupefacientes. Os juízes tinham esta atitude de forma a prevenir que a mulher cometesse um crime, sendo que isto causava um grande problema para a mesma, além de ficar duplamente excluída, nada garantia que a prisão iria ajudá-la, pois por um lado não existiam apoios, e por outro ao sair voltava ao mesmo sítio. Por isso a autora reforça que é difícil a prisão ajudar, mesmo com programas de reintegração social, quando o problema muitas vezes começa na sociedade e não na prisão, pois não existindo um acompanhamento, algo que ajude à não reincidência, a mulher acaba por voltar ao mesmo ciclo. (Carlen, 2007)

Pat Carlen refere que uma das melhores formas de fazer com que os reclusos não reincidam será ajudá-los no que concerne à habitação, educação, emprego e saúde (tratamento de dependências) e não apenas com tratamentos psicológicos, sendo que não se deve descurar estes últimos, pois é através dos mesmo que, principalmente as mulheres passam a olhar para si mesmas de uma maneira mais positiva. Carlen reforça ainda que é importante perceber que as mulheres pertencem a uma categoria vulnerável da sociedade, por isso não se pode considerar em reintegrar as mesmas e coloca-las no mesmo sítio de onde provêm, pois é provável que voltem a cometer um crime, uma vez que poder-se-iam encontrar inseridas num meio perigoso, onde não tinham trabalho, não tinham qualificações e eram vítimas de violência. A autora defende que a reinserção da mulher deverá passar por aloca-la a um local diferente de onde provém de forma a que não volte aos mesmos hábitos que tinha. (Carlen, 2007) De forma a demonstrar às mulheres formas de obter rendimentos económicos, sem recorrer a comportamentos desviantes, como o furto ou o tráfico de estupefacientes, foram desenvolvidos programas que permitam que a reclusa aprenda a garantir um sustento económico, e também evitando que retornem a pressões e violências a que eram sujeitas (Carlen, 2007; Granja, 2015)

O trabalho de campo deste estudo, explicado mais detalhadamente no próximo capítulo, teve como base o estabelecimento prisional de Tires. Neste estabelecimento foi criado um atelier de costura, o mesmo foi o resultado de diversas parcerias estabelecidas entre o estabelecimento, designers de renome bem como empresários portugueses. Neste atelier foram desenvolvidas peças mundialmente conhecidas como as La.Ga.Bag, almofadas de caroço de cereja da Ricoxete, peças de vestuário, malas da Megabox,

carteiras, sacos e pastas com material reciclado, este último projeto desenvolvido pela Blindesign. (DGRSP, 2009) Atualmente existem parcerias ativas com outras entidades, como a Polismar (empresa com a qual foi estabelecido um protocolo que permite o exercício de atividades laborais remuneradas às reclusas)., em que as reclusas preparam e embalam peças da empresa, e com os Parques de Sintra, em que as reclusas estão em Regime Aberto Virado para o Exterior, e onde desempenham funções de limpeza e cozinha. Em ambas as situações, é dada a possibilidade de passagem para a entidade na qual a reclusa está a desempenhar funções. Este tipo de oportunidade não é uma novidade uma vez que já aconteceu anteriormente: os Parques de Sintra desenvolveram em 2007 uma parceria com o estabelecimento prisional de Sintra, onde foram colocados em RAVE 70 reclusos masculinos, sendo que destes 70, 12 foram admitidos nos Parques de Sintra após a sua libertação. (DGRSP, 2009)

Capítulo IV – Estudo empírico: Percepções sobre os programas de reinserção profissional de reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires

4.1 - Metodologia

Com a presente investigação pretende-se compreender a percepção e a experiência de mulheres reclusas sobre o que são as políticas de reinserção social, em particular no que respeita ao trabalho, a educação e a formação profissional, e a forma como estas irão contribuir para uma melhoria do estilo de vida das reclusas uma vez cumprida a sua sentença. Para cumprir este objetivo seguiu-se uma metodologia qualitativa com base em entrevistas semiestruturadas e recolha de dados sociodemográficos a reclusas condenadas ou em regime de prisão preventiva. Para a escolha da amostra procurou-se reclusas que cumprissem alguns requisitos como, a desempenhar funções laborais; a estudar e/ou a frequentar formação profissional; que não desempenhassem nenhum tipo de atividade (formação e/ou ocupação laboral), de forma a obter informação sobre experiências diversificadas. A questão de partida que está na origem desta dissertação é: “Em que medida as políticas de reinserção social contribuem para a vida das reclusas?”, que se decompôs em questões relacionadas, a saber: Qual a oferta laboral e formativa proporcionada dentro do estabelecimento prisional? Qual a percepção das reclusas sobre estas oportunidades? Como é que a educação e o trabalho contribuem, na perspetiva das reclusas, para a melhoria das suas condições de vida depois do encarceramento?

Ao ingressarem no estabelecimento prisional, é desenvolvido o Plano Individual de Readaptação, que é aplicado a reclusos que tenham uma pena ou penas cumulativas com duração superior a 1 ano. Este plano estabelece objetivos a serem cumpridos pelo recluso, de forma a contribuir para a reinserção social do mesmo, incidindo em áreas como a saúde, a educação e as ocupações laborais. A Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais aplica como medidas de reinserção social, o melhoramento dos níveis educacionais, a formação profissional e a aquisição de competências técnicas e comportamentais através da ocupação laboral. Neste sentido, para a elaboração desta investigação, procurou-se entrevistar reclusas condenadas e preventivas (a aguardar julgamento), abrangidas pelo Plano Individual de Readaptação, mas em fases diversas. Solicitou-se a possibilidade de entrevistar reclusas que estivessem a estudar, a trabalhar e reclusas que não tivessem ocupações.

Durante o tempo que estive no estabelecimento prisional, fui acompanhada pelas técnicas de tratamento penitenciário, que prontamente sempre me ajudaram. Permitiram que recolhesse informação sobre as reclusas, nomeadamente idade, escolaridade, estado civil, crime cometido e pena atribuída. As técnicas mostraram-me também alguns espaços onde as reclusas desempenhavam funções, como a cozinha, a lavandaria, a oficina de tapetes e ainda a oficina de uma entidade que atua dentro do estabelecimento, a Polismar.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas (consultar guiões em anexo) a 15 reclusas, tendo sido seguido um guião previamente aprovado pela DGRSP. Das 15 reclusas, sete estão em regime aberto virado para o interior, ou seja exercem atividades laborais dentro do perímetro do estabelecimento prisional; duas estão em regime aberto virado para o exterior, ou sejam desempenham uma ocupação laboral fora do estabelecimento prisional; três frequentam a escola; e outras três não exercem qualquer tipo de atividade.

Todas as reclusas foram informadas do objetivo do estudo, sendo que demonstraram disponibilidade para uma breve conversa, as entrevistas foram gravadas, com autorização dos serviços prisionais, e assinado o consentimento pela parte das reclusas, que foram informadas do propósito da investigação e também da possibilidade de poderem recusar-se tanto à gravação da entrevista como a resposta a questões às quais não quisessem responder. As reclusas entrevistadas foram informadas que existe um acordo de confidencialidade, que garante que não serão divulgados os seus dados pessoais.

4.2 - O Estabelecimento Prisional de Tires

O Estabelecimento Prisional de Tires foi construído em 1954, e situa-se na freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais. Inicialmente a sua gestão era da responsabilidade de uma congregação religiosa. Em 1980 a prisão deixou de ser gerida por freiras, passando a estar sob a responsabilidade da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (Silva, 2013) Atualmente é um estabelecimento que continua a ser gerido pela Direcção-Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais, sendo considerado um estabelecimento com um nível de segurança “Alto”¹⁶. Com lotação para 470 reclusos, a

¹⁶“O estabelecimento prisional de nível de segurança alta é aquele em que a execução das penas e medidas privativas da liberdade decorre, predominantemente, no regime comum (...)” (Diário da República, 1.ª série — N.º 8 — 11 de janeiro de 2013, Portaria nº 13/2013 de 11 de janeiro)

31 de dezembro de 2016 o Estabelecimento Prisional de Tires alojava 427 reclusas. Até abril de 2015 a prisão de Tires acolhia também reclusos do sexo masculino, sendo que a partir de maio de 2015 o EP de Tires passou a ser um estabelecimento exclusivo a reclusos do sexo feminino.

O Estabelecimento Prisional de Tires é composto por seis edifícios: um pavilhão destinado a reclusas em situação de prisão preventiva; um segundo pavilhão para reclusas condenadas; um terceiro edifício, a Casa das Mães, acolhe as reclusas que têm filhos menores até aos três anos de idade, e um quarto pavilhão acolhe as reclusas em RAVI. Existe ainda um edifício a Unidade Educacional Terapêutica, onde estão alocadas as reclusas com patologias, e/ou que estão a ser sujeitas a tratamentos, como de toxicod dependência ou quimioterapia. Nesta unidade estão também algumas reclusas idosas. E por fim um pavilhão que está inativo. O estabelecimento prisional conta ainda com um edifício onde está a creche, a clínica e a cozinha, um pavilhão onde está localizada a lavandaria, a sala de confeção de tapetes de Arraiolos, a oficina de costura/engomadoria, e a oficina da Polismar, e dois edifícios onde no primeiro estão alguns serviços prisionais, nomeadamente o bar, e no segundo desempenham funções as técnicas de tratamento penitenciário. O EP possui ainda espaços verdes, nomeadamente uma horta, e um parque infantil para as crianças (oferecido pela Fundação Benfica).

No que respeita a espaços dedicados à reinserção social, o EP de Tires atualmente possui nove salas de formação profissional, quatro ateliers (artesanato, arraiolos, costura e croché), e a sala da Polismar. Oferece cursos profissionais permitindo a conclusão de certificação ao nível do segundo e terceiro ciclo, e ainda do ensino secundário; inclui ainda um curso de Português para reclusas estrangeiras e analfabetas. Dos cursos profissionais, à data de realização deste estudo o EP oferecia formação em cozinha, dupla certificação (em que a reclusa fica com um certificado profissional e escolar) e modelar e curso modelar de manutenção hoteleira (formação dada através de módulos, que a reclusa pode ir complementando enquanto é lecionado o curso).

Aquando da realização das entrevistas, nos meses de abril e maio de 2017, o EP de Tires alojava 420 reclusas, sendo que 48 reclusas encontravam-se em RAVI, a desempenhar funções laborais dentro e para o estabelecimento prisional; três reclusas em RAVE, desempenhando funções laborais fora do estabelecimento prisional; 153 reclusas estão a estudar, sendo que 39 estão a frequentar a escola com o objetivo de concluir o segundo ciclo, e as restantes 114 frequentam cursos de formação profissional, com

equivalência ao 3º ciclo da escolaridade obrigatória (9º e o 12º ano de escolaridade); 64 reclusas estão sem qualquer tipo de atividade; 9 reclusas estão alocadas ao programa de tratamento de dependências de estupefacientes. As restantes 143 reclusas são consideradas internamente como inativas por diversos motivos, como estarem a aguardar julgamento, por não se adaptarem aos trabalhos que lhes são propostos (segundo indicado pelas técnicas de tratamento penitenciário), ou por terem debilidades físicas.

4.3 - Caracterização das pessoas entrevistadas

Durante esta investigação foram entrevistadas 15 reclusas, as reclusas têm idades compreendidas entre os 22 e os 50 anos. Possuem baixos níveis de escolaridade, sendo que apenas uma das reclusas possuía o 12º ano, uma estava a concluir o 11º ano, cinco reclusas possuíam o 9º ano, uma possuía o 8º ano, duas reclusas possuíam o 6º ano, duas reclusas tinham o 4º ano, duas reclusas possuíam o 3º ano, e uma reclusa não sabia ler nem escrever. Sendo de destacar que duas reclusas entraram ambas com o 6º ano de escolaridade, e uma está a concluir o décimo segundo ano e a outra concluiu o nono ano.

No que respeita aos crimes pelos quais foram condenadas, incidiam principalmente no tráfico de estupefacientes e no furto: sete estão presas por tráfico de estupefacientes; sete em reclusão por furtos sendo que destas sete existe ainda uma reclusa condenada por furto qualificado, e outra por furto simples; e uma das reclusas estava a cumprir pena por falsificação de documentos. Das reclusas entrevistadas, quatro ainda estavam a aguardar julgamento, das restantes as penas de prisão situavam-se entre os dois e os nove anos e 11 meses (consultar tabela infra).

	Escolaridade	Crime Cometido	Pena Atribuída	Situação
R1	12º ano	Furto, Burla e Falsificação	9 anos e 3 meses	RAVI
R2	9º ano	Furto	5 anos e 10 meses	RAVI
R3	9º ano	Furto	7 anos e 9 mesea	RAVI
R4	6º ano (quando entrou – a concluir o 12º ano)	Furto Qualificado	12 anos	RAVI
R5	4ºano	Tráfico de Estupefacientes	6 anos e 74 dias	RAVI
R6	6ºano (quando entrou) 9º ano obtido internamente	Furto Simples	Várias penas cumulativas (Previsão de 6 anos)	RAVI
R7	9º ano	Furto	7 anos, 6 meses e 194 dias	RAVI
R8	Não tem	Tráfico de Estupefacientes	6 anos e 7 meses	RAVE
R9	4º ano	Tráfico de Estupefacientes	9 anos e 11 meses	RAVE
R10	8º ano	Tráfico de Estupefacientes	5 anos e 6 meses	Apenas a estudar
R11	6º ano	Tráfico de Estupefacientes	A aguardar julgamento	Apenas a estudar
R12	6º ano	Tráfico de Estupefacientes	2 anos	Apenas a estudar
R13	3º ano	Furto	A aguardar julgamento	Sem qualquer Atividade
R14	9º ano	Tráfico de Estupefacientes	A aguardar julgamento	Sem qualquer Atividade
R15	3º ano	Furto	A aguardar julgamento	Sem qualquer Atividade

Figura 4.1 – Tabela de caracterização das reclusas entrevistadas

As entrevistas foram realizadas em três locais diferentes devido à organização da rotina tanto das reclusas como do próprio estabelecimento. Foram realizadas entrevistas em duas salas, uma delas no pavilhão onde se encontram as técnicas de reinserção social, e numa sala onde as técnicas desenvolvem as sessões de acompanhamento às reclusas. A segunda sala onde foram realizadas entrevistas está localizada no pavilhão da Casa das Mães, que também é utilizada no acompanhamento das reclusas por parte das técnicas de

tratamento penitenciário. O terceiro local de entrevistas localizava-se perto do refeitório da Casa das Mães, sendo um espaço aberto e de passagem para as reclusas que prestam apoio nos serviços alimentares da prisão. As entrevistas foram realizadas neste terceiro local de forma a não perturbar a dinâmica tanto do estabelecimento prisional como a rotina laboral das próprias reclusas.

4.4 – Percepções acerca das políticas de reinserção social

Na literatura sobre o contexto prisional, verificamos que as atividades relacionadas com a reinserção social correspondem principalmente a educação, a atividades laborais e a prevenção da toxicodependência. Neste sentido, uma das propostas para a diminuição da probabilidade de reincidência dos reclusos é a aposta na formação profissional, por isso existem ações de formação nos estabelecimentos prisionais que facilitam a aquisição de novos saberes, novas competências e mesmo novos graus de escolaridade. Estas ações têm como objetivo facilitar a reinserção social e a reentrada no mercado de trabalho. (Gomes *et al*, 2003). Outra medida adotada de forma a simplificar a reinserção social e a reentrada no mercado de trabalho é, durante o cumprimento da pena de privação de liberdade, inculcar aos reclusos hábitos laborais, como por exemplo a participação em serviços de manutenção do estabelecimento prisional, como a limpeza dos edifícios, a cozinha do estabelecimento prisional, a entrega de recados e a manutenção dos espaços verdes, levando assim a que o próprio recluso se interesse tanto pelo bom estado do estabelecimento como ainda se torna uma motivação para a sua reinserção social. (Gomes *et al*, 2003)

Quando colocada a questão: *Na sua opinião o que são as políticas de reinserção social?* as reclusas entrevistadas demonstraram possuir diferentes opiniões: algumas desconheciam o conceito; outras eram da opinião que as políticas de reinserção social são ineficientes; e por outro lado algumas reclusas demonstraram estar bastante satisfeitas com os resultados das políticas de reinserção social.¹⁷

R7: Se quer que lhe diga, não faço a mínima ideia.

R5: Na minha opinião sincera? Acho que há muito poucas.

¹⁷ Consultar transcrições das entrevistas no Anexo H.

R4: No meu ponto de vista acho que [reinserção social] é todas as oportunidades que nos dão aqui dentro preparando-nos para depois poder agarrar o futuro lá fora. E temos uma panóplia de escolhas, desde estudos, desde formação profissional, várias coisas.

R2: Que é que elas são para mim... Para mim é... que nos facilitem essas coisas como os trabalhos, para não voltarmos outra vez cá para dentro. Aprende-se muita coisa

Quando iniciei o meu trabalho e a minha investigação, e baseando-me nas leituras já realizadas, partia do princípio que as reclusas sabiam em que consistiam estas políticas, isto é, podiam não conhecer pela designação formal, mas presumia que me fossem indicar que era o trabalho, a escola, etc. Tendo verificado que esta premissa era incorreta, por haver reclusas que me respondiam que não sabiam o que eram, realizei uma breve explicação do que eram as políticas de reinserção social e quais os seus objetivos. O facto de algumas reclusas não terem noção do que eram as políticas de reinserção social, ou qual era o objetivo do estabelecimento prisional e de estarem encarceradas foi ainda mais destacado quando algumas das reclusas entrevistadas indicaram que as políticas de reinserção social estavam relacionadas com as relações interpessoais, ou seja, existir um bom ambiente com outras pessoas, sem conflitos, ou ainda com a forma como se iriam adaptar após saírem da prisão.

Noutros casos, apesar de algumas reclusas não identificarem a terminologia “políticas de reinserção social”, tinham uma noção genérica da sua finalidade, em particular que o trabalho e a educação tinham como objetivo contribuir para uma melhoria de competências e saberes, ajudar a passar o tempo, ganhar hábitos e rotinas que anteriormente algumas reclusas não tinham e contribuir também para adquirir objetivos de vida.

Quando colocada a questão, *Considera que esta oportunidade (o facto de estar a trabalhar e/ou estudar) irá facilitar a vida em liberdade?* as respostas dadas pelas reclusas incidiram principalmente nos aspetos positivos, como o facto de aprenderem novas competências, adquirirem hábitos de trabalho, ganharem experiência em áreas profissionais diferenciadas, frequentar a escola. Sublinharam sobretudo que anteriormente não tinham essa possibilidade, nem financeiramente nem a nível de disponibilidade de tempo. Segundo algumas reclusas permite ainda que tenham objetivos

futuros, como arranjam um trabalho com funções semelhantes às desempenhadas no estabelecimento prisional, ou concluírem os estudos que iniciaram.

Especificamente sobre a finalidade prática das políticas de reinserção social, as reclusas manifestaram satisfação em participar em atividades como o trabalho ou a escola, por permitirem que estejam ocupadas e serem atividades semelhantes às que poderiam desenvolver em liberdade, ou seja ter um trabalho, ter formação académica.

Apesar de referirem principalmente os aspetos positivos, algumas reclusas mencionaram alguns aspetos a melhorar sobre as políticas que, grosso modo incidem principalmente na oferta educacional e no acompanhamento pós-encarceramento. Um dos aspetos apresentados na literatura existente, por Conceição Gomes, Jorge Almeida e Madalena Duarte (2003), como vertente a melhorar no que concerne à oferta educacional é o facto de em liberdade não ser possível proporcionar aos ex-reclusos uma forma de continuarem os estudos, o que faz com que alguns reclusos não pretendam iniciar os estudos dentro da prisão. (Gomes *et al*, 2003). Como mencionado pela reclusa 7, (...) *se estiver a estudar a juíza corta logo as penas porque está a estudar e quer que acabe os estudos. E há muita gente que acaba por não ir por causa disso*. Não havendo esta possibilidade, ou esta facilidade de continuar os estudos mesmo em liberdade, algumas reclusas acabam por nem os iniciar.

4.5 – Formação e Trabalho no Estabelecimento Prisional de Tires

Como temos vindo a observar, das medidas de reinserção social aplicadas às reclusas de Tires destaca-se tanto a educação/formação profissional, como o trabalho. No que concerne a programas e a trabalhos desempenhados, tentava-se sempre que a mulher voltasse a adquirir hábitos de limpeza, cozinha e cuidar de crianças, sendo que foi inclusive um plano desenvolvido na prisão de Tires, antes de 1974. Estes programas acabaram por ser alterados, pois os serviços prisionais perceberam que o facto de as mulheres continuarem a ter funções que já exerciam fora da prisão fazia com que não aprendessem nada de novo nem desenvolvessem novas competências (Cunha e Granja, 2013; Cunha e Granja, 2014).

Através das entrevistas realizadas com as reclusas pude verificar que faziam parte do grupo que sofre com as vulnerabilidades do mercado de trabalho. Algumas mulheres,

antes da reclusão estavam numa fase de procura ativa de emprego, ou desempenhavam funções pontuais, como em salões de cabeleireiro, no sector das limpezas ou da hotelaria. Por outro lado, encontrei reclusas que devido à etnia (cigana) estavam dedicadas à venda ambulante, ou ajudavam em negócios familiares. Apenas duas das mulheres, antes da reclusão tinham um emprego estável como organizadora de eventos (R1) e assistente de loja (R14). Verifiquei, com o discurso destas mulheres, que fazem parte do grupo descrito por alguns autores como Ilona Kóvacs, Sara Falcão Casaca, José Ferreira e Maria Sousa, correspondendo a mulheres com baixo nível de escolaridade, e que a nível profissional passam por diversas situações instáveis, como venda ambulante ou trabalhos temporários e sazonais, proporcionando a que passem por situações económicas precárias, pelo que a prática de atividades ilegais apresenta-se como uma possibilidade real de subsistência. No entanto, por outro lado, como poderemos verificar mais adiante, grande parte destas mulheres vê o trabalho considerado “precário” como uma forma de sustento pós-liberdade, ou seja, optam como forma de rendimento as funções que anteriormente desempenharam ou que desempenham dentro da prisão, como funções associadas a limpezas ou a cozinha.

Promover o trabalho como forma de inclusão social tem vários pontos positivos, como indicado por exemplo pela Reclusa 5, *Cria hábitos de trabalho. Porque eu nunca trabalhei. É a primeira vez que estou a trabalhar aqui dentro* e ainda também mencionado pela reclusa 5, *Ajuda-nos a termos mais responsabilidade. Porque aquilo é um trabalho de responsabilidade. Mais concentração.*, como também mencionado pela reclusa 7, *Porque tenho o meu filho que vem cá, e tenho que comprar as coisinhas dele então tenho que trabalhar mesmo, nem posso faltar mesmo, nota-se a diferença.* A reclusa 7 reforça ainda o quão importante esta experiência é para realizar um desejo que tinha antes da reclusão, *No meu caso eu penso que sim. Porque eu estou na creche, e sempre foi uma coisa que eu quis. Comecei a estudar para isso mesmo, mas depois com as loucuras acabei por não fazer. E eu penso que sim, um dia mais tarde... Isto... a experiência que eu estou a ter, já há 1 ano na creche, acho que vai servir par alguma coisa no futuro.* Contribuindo também para ultrapassar alguns receios como mencionado pela reclusa 1 *Eu posso dar o exemplo de trabalhar com crianças, que nunca tinha trabalhado com crianças. E para mim foi... está a ser uma boa experiência. Porque eu no início não queria, não.. pronto, de todo não queria mesmo trabalhar com crianças, e.. agora estou a gostar.* A reclusa 10, no seu discurso reforça a importância do trabalho a nível financeiro

(algo também mencionado pela reclusa 7) (...) *aqui as pessoas que trabalham têm uma reserva. E então eu acho que se eu conseguisse trabalhar, eu não ia querer fazer reserva, eu queria trabalhar e mandar tudo lá para fora. Porque eu deixei uma criança lá fora também com 10 anos, e é uma maneira de ajudar se eu trabalhasse e recebesse. Mesmo que seja pouco eu ia mandar para ela para ajudar um bocadinho, porque ela ficou com familiares e eu não tenho como ajudar financeiramente.* Segundo Alvino-Borba e Mata-Lima, a atividade laboral envolve os indivíduos socialmente, passam a participar de forma ativa no desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos, faz com que tenham autoestima e ganhem independência financeira. Voltando assim a sentirem-se inseridos socialmente. (Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011)

Os principais pontos que as reclusas entrevistadas destacam no que concerne às atividades laborais do Estabelecimento Prisional são o desenvolvimento de competências técnicas, adquirindo assim novos saberes e novas experiências. O ganho de hábitos de trabalho e de rotinas, que conciliados com a aquisição de competências consideram ser um fator importante para ingressarem no mercado de trabalho após a liberdade. A oportunidade de ganharem um rendimento extra com as atividades laborais que desempenham, proporcionando a que consigam ajudar a família mesmo enquanto privadas de liberdade.

O investimento tanto no ensino como na formação em prisões tem como objetivo proporcionar ao recluso uma forma de adquirir competências técnicas e comportamentais levando a uma melhoria na sua vida laboral tanto no meio prisional como após a sua liberdade. (Gomes *et al*, 2003) Apesar dos baixos níveis de escolaridade (algumas reclusas nem o nome sabiam escrever), encontrei no discurso das reclusas a motivação pelos estudos, e como o facto de melhorarem a sua formação contribuiu para um desenvolvimento tanto profissional como pessoal:

R3: Não sabia de nada, não conhecia uma máquina. Costurava na mão, e... sempre adorei fazer roupa, mas era sempre na mão e depois levava na costureira para passar na máquina. E depois aprendi a costurar na máquina. (...) E é uma coisa que eu apaixonei.

R4: (...) tenho o certificado de cozinheira. E pronto agora é experiência na eletricidade, também é bom. Também percebo de costura. Também fiz aqui uma formaçãozinha pequena de artesanato.

R6: Fiz um curso, aqui no estabelecimento prisional. Achei um excelente curso, que quero pretender continuar lá fora, quando sair daqui. Achei uma boa oportunidade que nos deram. E na minha opinião acho que, em termos de curso é melhor que qualquer trabalho aqui dentro do EP.

Porque no curso também aprendemos como podemos ter o nosso negócio próprio, como é que a gente tem que fazer, ir à câmara, e ir a isto e aquilo. A gente teve um senhor que veio de fora, nos ajudou muito. Para mim foi a melhor coisa que me aconteceu aqui no EP.

R8: Tive aulas, ajudaram. Eu não sabia nem ler, nem fazer o meu nome.

R10: (...) como estou na área da cozinha, estou a aprender muita coisa. Porque há coisas que nós fazemos em casa e nem sabemos se estamos a fazer certo ou errado, a gente faz de qualquer maneira. E agora eu já tenho mais noção. Mesmo nos sítios, por exemplo restaurantes, lá fora que vamos comer, temos que saber o que é que estamos a comer, tudo como é que funciona e eu já sei muita coisa.

R11: Estou a aprender fazer coisas que não sabia fazer. Coisas que nem sonhava que podia haver. Como por exemplo, não é só culinária, a gente tem língua estrangeira, que nunca fui boa e agora estou a ser, é milagre. Temos comunicação, aprender a falar, a comunicar uns com os outros, socializarmos. Temos cidadania. Pronto várias coisas. O que me está a ajudar, em tudo.

A formação fez com que as mulheres aprendessem novas áreas, como a costura, a cozinha, o artesanato, a manutenção, e também de empreendedorismo. Desenvolvendo nas reclusas a motivação de quererem continuar a apostar na formação quando cumprirem a sua sentença, motivação esta que antes da reclusão podiam ter, mas que não tinham meios para a cumprir, meios esses que acabaram por ser disponibilizados pela prisão.

Nas diversas investigações realizadas em prisões femininas, como por exemplo por Rafaela Granja e Carla Machado (2007), Manuela Ivone Cunha (2010) Catarina Frois (2017), encontramos dois discursos diferentes por parte das reclusas. Aquele em que para as reclusas a prisão contribuiu positivamente para que os comportamentos desviantes cessassem, e por isso a prisão irá contribuir para que voltem a ter uma vida “normal”, como exemplificado pela reclusa 6: (...) *Eu cresci muito como pessoa, mudei muito, e fez-me bem entrar na cadeia, porque aqui, sinceramente aprendi coisas que eu nunca*

pensei que ia aprender. Apesar de ser uma fase má, há males que vêm por bem. e pela reclusa 7: Para aprender e muito. Porque eu levava uma vida rebelde sem... Como é que eu hei-de explicar? Sem responsabilidades, sem trabalho, vivia de outras formas, os roubos e essas coisas. E pronto, para mim o dinheiro era fácil de arranjar. Agora aqui dentro é que eu dou valor ao facto de só receber aquilo que recebo (...). Por outro lado existem reclusas que percecionam que a prisão apenas serviu para interromperem os planos, como o aumento de níveis de escolaridade, formar família, ter um emprego estável, que já tinham pensados e por isso não contribuiu de forma positiva. (Matos e Machado, 2007; Granja, 2015). No entanto, no discurso das reclusas entrevistadas não encontrei esta segunda visão, mas sim está presente o discurso em que a prisão contribuiu para que se afastem dos comportamentos desviantes.

4.6 - A adaptação à vida prisional e a expectativa da vida em liberdade

Erving Goffman designa de “mortificação do eu” a primeira etapa na entrada de um indivíduo numa “instituição total”, sendo o internado sujeito a um processo de desindividualização com o objetivo de não se diferenciar dos restantes, familiarizar-se com as novas regras a que está sujeito. Todo este processo de admissão pelo qual o indivíduo passa, acaba por ser uma forma de quebrar a ligação que tinha com a sua vida anterior, e adotar um novo estilo de vida. (Goffman, 1974 [1961]) Apesar da validade desta proposta, hoje em dia vigora na prisão o princípio da “normalização” e da aproximação à vida em sociedade¹⁸. Por outras palavras, há um afastamento da noção de instituição total desenvolvida por Goffman, em que o recluso não tinha contacto com o mundo exterior, e o atual processo de normalização tem como objetivo facilitar a adaptação à vida em liberdade, ao serem desenvolvidas rotinas semelhantes praticadas na vida extramuros, sendo parte do processo de reinserção social manter contacto com a vida extramuros, através de visitas de familiares, por exemplo. (Resende, 2008)

De facto, o trabalho e a educação, dentro da prisão são considerados quer pelos responsáveis da instituição quer pelas reclusas como fundamentais para a sua adaptação à vida em liberdade. Como explicou a reclusa 5 a este propósito: *Eu nunca trabalhei. É a primeira vez que estou a trabalhar e isso ajuda-nos a termos mais responsabilidade. Porque aquilo é um trabalho de responsabilidade. Mais concentração.* Para além disso,

¹⁸ Art. 2º Nº 1; Art. 5º Nº 2; do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

facilita a aquisição de novas competências, como mencionado pela reclusa 10: *Estou a aprender muita coisa porque há coisas que nós fazemos em casa e nem sabemos se estamos a fazer certo ou errado, a gente faz de qualquer maneira.* A reclusa 11 sublinhou ainda a este respeito: *Olhe aprendi a passar a ferro que não sabia. A lavar roupa à mão, também não sabia. Estou a aprender a cozinhar.*

Considerando que, segundo as suas próprias narrativas, a maioria das reclusas estavam inseridas em ambientes onde é habitual o recurso a comportamentos ilegais como forma de subsistência, um dos programas desenvolvidos para a sua reinserção social visa justamente proporcionar ferramentas e formas de garantir sustentabilidade económica, sem recorrerem a atividades ilícitas. (Granja, 2015)

Para algumas reclusas, apesar da privação de liberdade ter um cariz negativo, é também uma experiência que, em certa medida, lhes trouxe melhorias em termos de qualidade de vida. Quando colocada a questão *O que aprendeu com a prisão?*, as respostas incidem principalmente na autoestima, a afirmação de si própria, na melhoria da formação e ainda na aquisição de novas competências profissionais, técnicas e interrelacionais. Por outras palavras, no discurso das reclusas a prisão contribui para dar término a uma fase da vida (desviante), a qual de outra forma seria difícil terminar.

R3: “E realmente eu aprendi que no meu caso a prisão não é mau de todo, se levar a prisão na maneira como ela foi pensada.”

R6: “Fez-me bem entrar na cadeia, porque aqui, sinceramente aprendi coisas que eu nunca pensei que ia aprender. Apesar de ser uma fase má, há males que vêm por bem. E acho que a mim fez-me bem vir para a cadeia, foi a melhor coisa que aconteceu.”

Para algumas reclusas a prisão contribuiu ainda como uma melhoria no desenvolvimento pessoal, principalmente em termos de inter-relacionamento com outros, como mencionado pela reclusa 3: *Eu não tinha paciência. Eu não conseguia esperar, tudo aquilo que eu queria tinha que ser naquela hora. Hoje não, hoje já tenho mais paciência e gosto de conversar com as pessoas, e ouvir histórias. Nestas situações aprendemos muitas coisas.* E também conforme mencionado pela reclusa 11: *Aprendi a dar-me mais com os outros, ser mais flexível em tudo. Porque eu era uma pessoa que em pouca água fervia, e aqui não, aqui já estou uma pessoa mais calma, e mais serena. O que eu acho que a prisão ajudou-me em tudo, a nível de tudo mesmo.*

As medidas de combate à exclusão social (dentro e fora da prisão) incidem no desenvolvimento de políticas associadas à escolaridade, trabalho e ao combate ao desemprego. (Rodrigues *et al*, 1999) O desemprego e a precariedade no mundo laboral surgem com o enfraquecimento das relações laborais tradicionais, pois cada vez mais surgem novas formas de relações que acabam por favorecer o empregador e desfavorecer o colaborador, gerando assim instabilidade e por sua vez um novo ciclo de exclusão (Vaz, 2000) Sendo que para que haja reinserção social é necessário que as instituições sociais ajudem os indivíduos desfavorecidos/excluídos a encontrar formas de contribuir positivamente para a sociedade, como por exemplo ações para melhorar a escolaridade e formação profissional, ou mesmo emprego. (Rodrigues *et al*, 1999)

É nesse sentido que são desenvolvidos programas de inclusão social que permitem que os indivíduos em situação de exclusão acessem a oportunidades para participarem ativamente em sociedade (COM, 2003 in Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011). A inclusão social é um processo que procura incluir em sociedade aqueles que são vulneráveis, dando destaque à inclusão na sociedade através da formação e do emprego. (Kowarick, 2003 in Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011). Está intrinsecamente associada à igualdade de direitos e o bem-estar dos indivíduos (Sheppard, 2006 in Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011). Os programas de inclusão social têm que proporcionar um grau de satisfação aos indivíduos, de forma a que os mesmos não retomem a vida da qual estão a procurar afastar-se (Tsugami, 2006 in Alvino-Borba e Mata-Lima, 2011).

Encontramos pouca literatura e investigação que aborde as políticas de reinserção desenvolvidas quando os reclusos saem da prisão, sendo inclusive um dos aspetos a ser melhorado (Santos, 2003). Apesar de neste estudo apenas uma das reclusas ser reincidente, algumas reclusas enfatizaram que o acompanhamento após saída em liberdade poderia ser alvo de melhorias, uma vez que consideram que enquanto estão presas têm todo o apoio, que as técnicas e as guardas prestam assistência, mas esse trabalho cessa quando acaba a sua condenação. Esse conhecimento era-lhes transmitido por conversas com reclusas reincidentes e que tinham tido já essa experiência.

Quando inquiridas sobre a perceção relativamente ao acompanhamento após saída da prisão deparei-me com três tipos de respostas diferentes: três reclusas indicaram não existir acompanhamento a não ser as apresentações obrigatórias; oito indicaram acreditar que existe um acompanhamento; quatro reclusas indicaram não saberem se existe ou não. A falta de um acompanhamento pós prisão pode por em causa o processo de reinserção à

qual estas mulheres se dedicaram. O não acompanhamento pode levar a que as mulheres regressem a um comportamento desviante, que desistam de continuar a estudar, que tenham dificuldade na procura de trabalho ou na adaptação a novas funções profissionais, que não se adaptem a conviver novamente com os seus entes próximos. O acompanhamento deve ser estendido também à família das reclusas, após uma fase de privação de liberdade e de afastamento entre a reclusa e a família, poderá existir a necessidade de uma readaptação à vida conjunta (por isso, foram desenvolvidas as saídas precárias, tendo como foco facilitar a adaptação à realidade extramuros), logo este acompanhamento é fundamental tanto para a ex-reclusa, como para aqueles que fazem parte da sua vida (Santos, 2003).

Quando questionadas sobre quais os objetivos que têm definidos para quando saírem em liberdade as respostas passam por encontrar uma ocupação laboral estável, e que seja a principal fonte de rendimento; continuar a estudar, tirar a carta de condução; ter casa, cuidar dos filhos e passar mais tempo com a família. Nestas respostas por parte das reclusas podemos encontrar resultados de sucesso da aplicação das políticas de reinserção social.

R2: O meu objetivo é continuar a escola lá fora. Se sair este ano, continuar a escola lá fora.

R3: Quero ter a minha família ao pé, e quero voltar a trabalhar não é? E vou trabalhar mesmo na costura. É mesmo o objetivo.

R4: Organizar a minha vida. Trabalhar. Ter casa, ou mantê-la. Recuperar a minha filha, passar tempo com a minha família.

R5: Tirar a carta de condução. Queria ver se me inscrevia num curso, para cabeleireira ou estética. E depois o resto logo se vê, é um passo de cada vez.

R7: Eu espero que seja bem melhor do que aquela que eu levava (...) e todos os anos ter um objetivo... olha este ano vou tirar a carta, ser o meu objetivo. Pó ano vou comprar o carro, é o meu objetivo. É ir assim... um ano de cada vez, e acho que está bom

Conclusão

A prisão foi criada, como indicado por Foucault e por Goffman, com o intuito de reunir num local os indivíduos que foram socialmente excluídos, os que têm comportamentos desviantes, os *outsiders*, conforme indicado por Becker, alocando-os a um local onde existe uma constante observação, onde tudo o que fazem se sabe, e todas as atividades que lhes eram atribuídas tinham um carácter punitivo. Atualmente, apesar de continuar a ser associado o carácter punitivo aos estabelecimentos prisionais, estes são pensados como instituições onde estão indivíduos que necessitam de uma intervenção, de forma a afastarem comportamentos desviantes da sua rotina, proporcionando a que sejam novamente integrados em sociedade, para tal acontecer, são desenvolvidas as políticas de reinserção social.

Ao integrar o estabelecimento prisional, é acionado o Plano Individual de Readaptação, plano cujo o objetivo é proporcionar ao recluso o desenvolvimento de atividades, ocupações e competências técnicas, pessoais, interpessoais e intergrupais que permitam uma preparação para a vida em liberdade. O Plano Individual de Readaptação está associado às Políticas de Reinserção Social cujo foco passa por permitir que indivíduos carenciados, socialmente excluídos ou com dificuldades de adaptação, tenham a oportunidade de reintegrar a sociedade e para ela contribuir de forma positiva.

A criação de parcerias entre entidades público-privadas e a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais têm o intuito de não só envolver entidades externas aos estabelecimentos prisionais, e promover assim a cooperação entre ambas, como ainda desenvolvem ações de sensibilização e prevenção da criminalidade. Envolvendo toda a comunidade para o seu bem-estar, contribuindo simultaneamente para a desmitificação do estigma associado aos reclusos. Permitem ainda o desenvolvimento, por parte dos reclusos de competências sociais, laborais, interrelacionais, culturais e físicas, contribuindo para o plano de reinserção social dos envolvidos.

As políticas de reinserção social foram desenvolvidas de forma a abrangerem os indivíduos que são socialmente excluídos/*outsiders*, que têm comportamentos desviantes, os que são financeiramente carenciados, que têm dificuldade em adaptar-se às normas e formas de viver socialmente aceites, ou seja, as categorias sociais vulneráveis. Dentro destas categorias vulneráveis, as que se destacaram para esta investigação foram as mulheres reclusas.

Sendo que um dos maiores contributos para a exclusão social passa pelo facto de não possuir um trabalho. Estando num mercado de trabalho onde a flexibilização está presente, mercado este que procura mão-de-obra rápida e a baixo custo, o que conduz a uma precarização dos postos de trabalho que são instáveis e mal remunerados. Torna-se ainda mais difícil para os indivíduos que possuem baixas qualificações, pouca experiência profissional, ou mesmo limitações, como não puder cumprir um determinado horário ou ainda possuir um registo criminal, tornando-se assim as mulheres e os ex-reclusos vulneráveis face ao mercado de trabalho competitivo.

De forma a combater esta realidade, as políticas de reinserção social procuram incidir em áreas como a educação / formação profissional, e a ocupação laboral. Principalmente a ocupação laboral permite que os indivíduos desenvolvam hábitos de trabalho, rotinas e desenvolvam novas aptidões, sendo assim a ocupação laboral fundamental para os planos de reinserção social.

Apesar das oportunidades que foram desenvolvidas após a evolução dos direitos da mulher pós a Revolução de 25 de Abril, surgiram alguns riscos como salários baixos, más condições laborais e legais, funções precárias, mal remuneradas e sem possibilidade de progressão de carreira. Assim a mulher depara-se com novas disparidades, sendo que continua com o peso do tratamento da dimensão doméstica sobre si. Continuamos também a encontrar disparidades como a desigualdade salarial entre homens e mulheres, e ainda a fraca presença da mulher em posições de topo no mercado de trabalho.

Encontramos ainda outra situação no que concerne ao papel da mulher em sociedade, que é o duplo estigma de mulher e de reclusa ou ex-reclusa. A criminalidade feminina é um tema sensível; torna-se por vezes difícil de compreender o porquê de uma mulher cometer um crime, sendo que se justificava com a biologia ou com alguma patologia que a mulher tivesse. Frequentemente, as mulheres são presas por um crime em que o objetivo era ter algum dinheiro para sustentar a família. Assim, a reinserção social destas mulheres passa por ensinar-lhes novas formas de obter rendimentos sem recorrer a comportamentos desviantes.

Neste contexto, a educação / formação profissional e as ocupações laborais são, como pudemos verificar, as políticas-base dos Planos Individuais de Readaptação, pois é através do aumento de níveis de escolaridade, da frequência de formações profissionais e do contacto com diversas ocupações laborais, que as reclusas têm a oportunidade de

desenvolver novas aptidões que lhes permitirão terem uma vida socialmente responsável e sem cometerem infrações.

Com esta investigação procurou-se compreender o que para as mulheres reclusas são as políticas de reinserção social, incidindo na educação, formação e ocupação laboral, e ainda como é que estas políticas irão contribuir para uma melhoria de estilo de vida das reclusas após cumprirem a sua sentença. Foi abordado pelas entrevistadas uma lacuna no que concerne ao conhecimento sobre as políticas de reinserção social e quais os objetivos das mesmas. Apesar de terem uma noção que são pensadas de forma a que não reincidam novamente, as atividades como a educação, a formação e a ocupação laboral não são vistas, pelas maiorias das reclusas, como medidas de reinserção social.

Conforme a experiência das reclusas existe um cariz positivo associado às políticas de reinserção social, pois através das mesmas a maioria das reclusas teve a oportunidade de estudar, de frequentar formações profissionais e através das mesmas adquirir um certificado profissional, e até ter a possibilidade de desempenharem diversas ocupações laborais, podendo assim adquirir conhecimentos e experiência em diversas áreas.

Através da aquisição de novas competências, de novos saberes, de novas experiências, notamos que é despoletado nas reclusas a vontade de se afastarem e dos comportamentos desviantes, e procurarem modos de viver que vão de acordo com o que é socialmente aceite. Ter um local onde morar, um emprego como fonte de rendimento, estar perto da família e dos seus filhos, são os objetivos que encontramos no discurso das reclusas.

Apesar de serem mais os aspetos positivos indicados, segundo as reclusas existem pontos a melhorar, como permitir a frequência em escolas ou formações profissionais pós-liberdade, o desenvolvimento de parcerias que permitam que mais reclusas tenham a possibilidade de desempenhar ocupações laborais e o acompanhamento pós cumprimento de sentença, foram os que mais se destacaram. Neste sentido, deixo como sugestão, uma adequação entre as formações dadas e as competências técnicas que são mais procuradas no mercado de trabalho português; um maior envolvimento entre parcerias público-privadas de forma a que estas possam recorrer à mão-de-obra proporcionada pelas reclusas, contribuindo para um aumento da oferta laboral.

É de destacar que, situação abordada pelas reclusas entrevistadas, obtida através da partilha de experiências com reclusas reincidentes, existe uma lacuna no que concerne ao acompanhamento pós cumprimento de sentença. Dentro do estabelecimento prisional, as reclusas dispõem do apoio das entidades responsáveis, no entanto, ao perderem o apoio quando saem, poderá por em causa o Plano Individual de Readaptação, conduzindo a uma possível reincidência. Neste sentido é necessário um acompanhamento personalizado pelas entidades encarregues dos planos de reinserção social, após o cumprimento da pena por parte das reclusas.

Com o sucesso na melhoria dos níveis de qualificação, a frequência em cursos profissionais, e o desempenho de diversas funções profissionais, podemos concluir que as perceções das reclusas quanto às medidas de reinserção social no estabelecimento prisional de Tires são nitidamente positivas.

Fontes

Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade

Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

Decreto Lei nº251/2012 de 28 de Setembro

Bibliografia

Aboim, Sofia (2005), “Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade”, em Karin Wall (org.) *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Relações Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 231-302

Alvino-Borba, Andreilcy, e Herlander Mata-Lima (2011), “Exclusão e inclusão social nas sociedades moderadas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia”, *Serviço Social e Sociedade*, Nº 106, pp. 219-240

Amâncio, Lígia (2007), “Género e divisão do trabalho doméstico: o caso português em perspectiva”, em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 181-209

Becker, Howard S. (2009 [1963]), *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*, Rio de Janeiro, Zahar

Carlen, Pat (2007), A reclusão de mulheres e a indústria da reintegração, *Análise Social*, VOL. XLII (185), Pág. 1005-1019

Carmo, Renato Miguel do, Frederico Cantante e Margarida Carvalho (2012), “Desigualdades como problemas: que políticas?”, Observatório das Desigualdades, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa.

Centeno, Mário e Álvaro Novo (2008), “Flexibilidade e mercado de trabalho em Portugal”, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, Espaço Janus Anuário.

Cunha, Manuela Ivone (1994), *Malhas que a Reclusão Tece: Questões de Identidade numa Prisão Feminina*, Lisboa, CEJ

Cunha, Manuela Ivone (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Lisboa, Fim de Século

Cunha, Manuela Ivone (2007), “O Tempo Insuspenso. Uma aproximação a duas percepções carcerais da temporalidade”, em Ana Maria Duarte, Emília Araújo e Rita Ribeiro (orgs.), *O Tempo, as Culturas e as Instituições: Para uma abordagem sociológica do tempo*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 91-104

Cunha, Manuela Ivone (2008^a), “Disciplina, controlo, segurança: no rasto contemporâneo de Foucault”, em Catarina Frois (org.), *A Sociedade Vigilante: Ensaios sobre Privacidade, Identificação e Vigilância*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 67-81

Cunha, Manuela Ivone (2008^b), “Prisão e Sociedade: modalidades de uma conexão”, em Manuela Ivone Cunha (org.), *Aquém e Além da Prisão: Cruzamentos e Perspectivas*, Lisboa, Editora Noventa Graus, pp. 07-32

Cunha, Manuela Ivone e Granja, Rafaela (2013), “Care and respect: mothering, relatedness and confinement in two Portuguese prisons”, em Gordana Eljdupovic e Rebecca Jaremko Bromwich (org.), *Incarcerated mothers: Oppression and resistance*. Toronto, Ontario: Demeter Press, pp. 106-120

Cunha, Manuela Ivone e Rafaela Granja (2014), “Gender Asymetries, Parenthood and Confinement in two Portuguese prisons, *Champ Pénal*, Vol. XI

Cunha, Manuela e Granja, Rafaela e Machado, Helena (2015), *Da luta contra o crime aos riscos. As consequências extra prisionais da reclusão feminina*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais Centro Regional de Braga.

Cunha, Manuela Ivone (2015), “Da relação prisão-sociedade: actualização de um balanço”, em Manuela Ivone Cunha (org.), *Do Crime e do Castigo – Temas e debates contemporâneos*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 181-200

Cunha, Miguel Pina e, e Cabral-Cardoso, Carlos, e Cunha, Rita Campos e, e Gomes, José F.S, e Maques, Carlos Alves, e Rego, Arménio (2010), *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*, Lisboa, Sílabo

Crompton, Rosemary e Clare Lyonette (2007), “Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português”, em Karin Wall e Ligia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 93-128

Denzin, N.K., & Lincoln, Y.S. (2006), *O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, Porto Alegre, Artmed

Diogo, Fernando (2012), “Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos”, Observatório das Desigualdades, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa.

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2009), *Para Além da Prisão*, Lisboa, Sexante Editora

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (sine anno), *Um Guia para as Entidades Empregadoras*, (sine nomine)

Duarte, Vera e Manuela Ivone Cunha (2014), *Violências e delinquências juvenis femininas: género e (in)visibilidades sociais*, Famalicão, Editora Húmus

Flick, U. (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor

Foucault, Michel (2007, [1975]), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Editora Vozes.

Frois, Catarina (2017), *Mulheres Condenadas: Histórias de Dentro da Prisão*, Lisboa, Tinta da China

Goffman, Erving (1974 [1961]), *Manicómios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Editora Perspectiva

Goffman, Erving (1988 [1963]), *Estigma. Notas sobre a Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara 13

Gomes, Conceição, Madalena Duarte e Jorge Almeida (2003), *Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português*, Actas do atelier do Vº Congresso Português de Sociologia

Granja, Rafaela., Manuela Ivone Cunha e Helena Machado (2012), "Intimidades em (des)conexão com a prisão: as relações amorosas de mulheres antes e durante a reclusão", *Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*

Granja, Rafaela, Manuela Ivone Cunha e Helena, Machado (2014), "Reclusão feminina e processos de reconfiguração familiar", em Rosa Simas (org.), *A vez e a voz da mulher: Relações e migrações*. Lisboa, Colibri, pp. 269-282.

Granja, Rafaela (2015), "De mulheres, criminalidades e sistema de justiça – Rumos e Problemas", em Manuela Ivone Cunha (org.), *Do Crime e do Castigo – Temas e debates contemporâneos*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, p.113-128

Granja, Rafaela (2016), "Beyond prison walls: The experiences of prisoners relatives and meanings associated with imprisonment", *Probation Journal*, Vol.63 (3), pp. 273-292

Hirata, Helena (2002), "Globalização e divisão sexual do trabalho", *Cadernos Pagu*, nº17-18, pp. 139-156

Kóvacs, Ilona (2004), "Emprego Flexível em Portugal", *Sociologias*, pp.32-67

Kóvacs, Ilona, Sara Falcão Casaca, José Maria Carvalho Ferreira, Maria Teresa de Sousa (2006), "Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias", *Socius*,

Lopes, Helena (2011), "Why Do People Work? Individual Wants Versus Common Goods", *Journal of Economic Issues*, 41(1), P.57-74

Macedo, Eunice e Sofia Santos (2009), "Apenas Mulheres? Situação das Mulheres no Mercado de Trabalho em Quatro Países Europeus", *Revista Ex Aequo*, Nº 19, pp. 129-155

Marques, Ana Paula e Rita Moreira (2011), "Transição para o mercado de trabalho: empreendedorismo numa perspectiva de género", XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização, pp. 432-451

Matos, Raquel (2006), "Vidas Raras de Mulheres Comuns: Percursos de Vida, Significações do crime e construção da Identidade em Jovens Reclusas", Dissertação de doutoramento em Psicologia, Braga, Universidade do Minho,.

Matos, Raquel e Carla Machado (2007), “Reclusão e laços sociais: discurso no feminino”, *Análise Social*, Vol. XLII (185), pp. 1041-1054.

Moreno, Ana Vitória e Sousa, Teresa Tomé de (1996), “A prisão no feminino: Trajectórias e perfis das reclusas de Tires”, III Congresso Português de Sociologia, Celta Editora.

Nunes, Nuno (2013), “Desigualdades de Género, trabalho e ação coletiva na Europa”, Observatório das Desigualdades, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa.

Pina Cabral, João (2000), *A Difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições*, *Análise Social* vol XXXIV (153)

Resende, Cláudia (2008), Normalização: um conceito-chave na filigrana das dinâmicas prisionais, em Manuela Ivone Cunha (org.) *Aquém e Além da Prisão – Cruzamentos e Perspectivas*, Lisboa, Graus Editora

Rodrigues, Eduardo Vítor, Florbela Samagio, Hélder Ferreira, Maria Manuela Mendes e Susana Januário (1999) “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, PP. 63-101

Santos, Boaventura de Sousa (2003), *A Reinserção Social dos Reclusos: um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Silva, Sofia Marques (2010), “Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina”, em Virgínia Ferreira (org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal, políticas e circunstâncias*, Lisboa, CITE

Silva, Vera (2013), “Controlo e Punição: As Prisões para Mulheres”, *Revista Ex Aequo*, Nº 28, pp 59-72

Suleman, Fátima, Maria-Lígia Barbosa e Nelson do Valle (2013), “Contributos para o desenho de uma “profissão”: o trabalho doméstico”, em Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e Luísa Veloso (orgs.), *Trabalho, Organizações e Profissões: Recomposições Conceptuais e Desafios Empíricos*, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 418-431

Vaz, Isabel Faria (2000), “As novas formas de trabalho e a flexibilidade do mercado de trabalho”, IV Congresso Português de Sociologia, Abril, Coimbra

Wall, Karin e Maria das Dores Guerreiro (2005), “A Divisão familiar do trabalho”, em Karin Wall (org) *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Relações Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp 303-362

Wall, Karin (2007) “Atitudes face á divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa”, em Karin Wall e Ligia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257

Webster, Cheryl Marie (1997), O Dever de Trabalho do Recluso e a sua Ressocialização. Uma Coexistência Impossível?, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Wolcott, H.F. (1990), *Writing Up Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage.

Anexos

Anexo A – Carta aos Serviços Prisionais

Ao cuidado do Ex.mº Sr. Director-Geral,
Direcção Geral dos Serviços Prisionais,

Na qualidade de aluna do segundo ano do Mestrado de Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL), venho por este meio solicitar a Vossa Excelência a autorização para a realização de um estudo no âmbito da investigação para a realização da dissertação de final de curso, em torno da ideia de *O Mercado de Trabalho Português para os Reclusos em Regime Aberto para o Exterior*.

O estudo que agora se inicia procura fazer uma análise qualitativa da perceção em torno das políticas de reinserção social, incidindo nas que proporcionam a reinserção no mercado de trabalho. O meu objetivo é fazer um levantamento das diversas políticas existentes, e da perceção que os reclusos e os técnicos de inserção social tenham face a estas políticas.

Neste sentido, solicita-se a autorização para aceder ao estabelecimento prisional de Tires, selecionado de maneira a conseguir representatividade em termos de uma das variáveis da investigação, o sexo feminino, e também devido às características de localização do estabelecimento prisional. Solicito a possibilidade de:

- Aceder aos processos das reclusas, para efeitos da caracterização da população em estudo;
- Realizar entrevistas a reclusas (aproximadamente 10 reclusas) que estejam em Regime Aberto Virado Para o Exterior;
- Realizar entrevistas a técnicos que possam ser pertinentes para a compreensão do fenómeno em análise, nomeadamente assistentes sociais ou psicólogos que acompanhem a trajetória das reclusas em Regime Aberto Virado Para o Exterior.
- Aceder à informação das entidades públicas e privadas que fazem parte das parcerias de reinserção social;

Os resultados deste estudo pretendem alcançar diversos objetivos: contribuir para o conhecimento sobre as políticas de reinserção social; efetuar um levantamento das perspetivas que tanto as reclusas como os técnicos de reinserção social têm sobre as

políticas de reinserção social; compreender qual o impacto do encarceramento na vida profissional das reclusas; perceber como as entidades com as quais existem parcerias veem estas práticas e o desempenho profissional das reclusas;

O acesso que se solicita, caso seja deferido, irá ser realizado em conformidade com os responsáveis do Estabelecimento Prisional de Tires, procurando minimizar o transtorno do normal funcionamento do Estabelecimento e em estreita colaboração com as equipas técnicas do mesmo.

O período de recolha de dados decorrerá durante o período de Janeiro de 2016 a Abril de 2016 conforme a calendarização apresentada em anexo.

De modo a maximizar a recolha de informação, solicita-se ainda autorização para utilização de gravador áudio, estando a gravação sempre dependente da autorização prévia dos participantes no estudo e acesso aos processos da população prisional. A realização das entrevistas seguirá os procedimentos estipulados pelo Código Deontológico de Sociólogos e de Antropólogos e as prescrições da legislação aplicável, em particular referente à proteção de dados, privacidade dos cidadãos, consentimento informado e reservando aos participantes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a cooperação.

Em anexo a esta carta segue a seguinte documentação para apreciação de Vossa Excelência: resumo do projeto de investigação, cronograma e objectivos, um exemplar da declaração de consentimento informado, o guião condutor das entrevistas a ser realizadas;

Coordialmente,

Joana Rita Paulo Monteiro

Orientada por,

Doutora Catarina Lopes Oliveira Frois

Lisboa, 20 de Dezembro de 2016

Anexo B – Ofício de Autorização de Investigação



Exmo(a) Senhor(a)
Dra. Joana Rita Paulo Monteiro
joana.monteiro.21@gmail.com

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		41/DSOPRE	02.03.2017

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Políticas de Desenvolvimento em Recursos Humanos

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Celso Manata, datado de 2/03/2017, foi autorizada, no âmbito do Mestrado em Políticas de Desenvolvimento em Recursos Humanos, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Tires.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas e dos trabalhadores para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação, o mesmo se passando, relativamente à gravação áudio das entrevistas;
- a consulta dos processos individuais, se faça em conformidade com o disposto no artº 17 da Lei 51/2011, de 11 de Abril;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1131-001 Lisboa



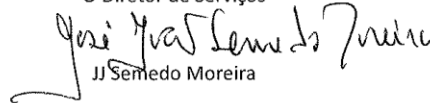
REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA

- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços



JJ Semedo Moreira

ML/2017

Anexo C – Consentimento que foi assinado pelas reclusas

CONSENTIMENTO INFORMADO

Estudo sobre O Mercado de Trabalho Português para os Reclusos em Regime Aberto para o Interior e Exterior

Declaro que consinto participar no estudo sobre *O Mercado de Trabalho Português para os Reclusos em Regime Aberto para o Interior e Exterior*, para o qual foi solicitada a minha colaboração para a realização de uma entrevista.

Declaro que autorizo a gravação do meu depoimento e utilização posterior dessa informação.

Declaro ainda que fui informado acerca do carácter confidencial e anónimo das respostas que der no âmbito do referido estudo, tendo-me sido concedidas garantias de que a minha identidade não será revelada.

Declaro por fim que me foi dada oportunidade de colocar as questões que julguei necessárias e que fui informado acerca do direito de recusar a qualquer momento a participação no estudo.

Estabelecimento prisional de, ____ / ____ / ____

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo D – Guião de Entrevistas para Reclusas em RAVE

Mestrado em Políticas de Desenvolvimento em Recursos Humanos

Joana Rita Paulo Monteiro

Nº 38695

Guião de Entrevista

(Introdução)

Bom dia /Boa Tarde,

Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização desta reunião. O meu nome é Joana Monteiro, e frequento o Mestrado em Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no ISCTE-IUL.

No seguimento da realização da minha dissertação, resolvi escolher como tema as políticas de reinserção das reclusas no mercado de trabalho, de forma a tentar perceber que tipo de políticas e parcerias existem e como as mesmas são colocadas em prática

Aproveito para mencionar que no decorrer da nossa conversa irei tirar algumas notas e gravar a conversa, reforço no entanto que o seu nome e informação não serão identificados na dissertação, existe algum inconveniente para si neste sentido?

(Questões)

- Na sua opinião o que são as políticas de reinserção social?
- Considerando que, neste momento está em regime de trabalho virado para o Exterior, qual a sua perceção no que concerne às políticas existentes?
- Considera que este tipo de regime e de oportunidade irá facilitar a vida em liberdade?
- Como surgiu esta oportunidade de entrar em regime de trabalho virado para o Exterior?
- Em reclusão, teve ou procurou a oportunidade de apostar na formação?
- Caso sim, é da opinião que a aposta na formação irá ajudar a arranjar oportunidades de emprego?

- Que tipo de funções tem?
- Considera, que estas funções, face à sua situação antes da prisão, irão ajudar futuramente?
- Considera, esta oportunidade uma melhoria? Uma possibilidade de aprender novas competências de trabalho?
- Como é o seu dia-a-dia de trabalho?
- O que sente durante o seu dia de trabalho? É bem rececionada?
- Como acha que será após a sua liberdade? Acha que a entidade onde está a desempenhar funções irá contratá-la?
- Esta experiência que está a ter em regime aberto virado para o exterior, irá contribuir para que quando estiver em liberdade lhe sejam abertas novas portas?
- O que fazia pessoalmente e profissionalmente antes da prisão?
- O que aprendeu com a prisão?
- Que grau de escolaridade tinha antes da prisão?
- Porque deixou de estudar?
- O que irá fazer quando sair da prisão? Irá tentar com que a sua vida seja diferente da que tinha antes da prisão?
- O que acha que vai acontecer quando sair da prisão?
- Existe um acompanhamento após sair da prisão?
- Quais são os seus objetivos quando estiver em liberdade?
- Na sua opinião, existe alguma sugestão de melhoria que queira indicar, no que concerne às políticas de reinserção social?
- Tem alguma informação que ache importante transmitir-me, mas que não questionei?

(conclusão)

Agradeço novamente toda a sua disponibilidade. Qualquer questão que tenha também estarei sempre à disposição.

Não sei se tem alguma questão que me queira colocar? Alguma dúvida que tenha sobre o meu trabalho?

Obrigada novamente, e até uma próxima.

Anexo E – Guião de Entrevistas para Reclusas em RAVI

Mestrado em Políticas de Desenvolvimento em Recursos Humanos

Joana Rita Paulo Monteiro

Nº 38695

Guião de Entrevista

(Introdução)

Bom dia /Boa Tarde,

Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização desta reunião. O meu nome é Joana Monteiro, e frequento o Mestrado em Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no ISCTE-IUL.

No seguimento da realização da minha dissertação, resolvi escolher como tema as políticas de reinserção das reclusas no mercado de trabalho, de forma a tentar perceber que tipo de políticas e parcerias existem e como as mesmas são colocadas em prática

Aproveito para mencionar que no decorrer da nossa conversa irei tirar algumas notas e gravar a conversa, reforço no entanto que o seu nome e informação não serão identificados na dissertação, existe algum inconveniente para si neste sentido?

(Questões)

- Na sua opinião o que são as políticas de reinserção social?
- Considera que estas políticas têm efeitos positivos? Porquê?
- Considerando que, neste momento está em regime de trabalho virado para o Interior, qual a sua perceção no que concerne às políticas existentes?
- Considera que este tipo de regime e de oportunidade irá facilitar a vida em liberdade?
- Como surgiu esta oportunidade de entrar em regime de trabalho virado para o interior?
- Em reclusão, teve ou procurou a oportunidade de apostar na formação?
- Caso sim, é da opinião que a aposta na formação irá ajudar a arranjar oportunidades de emprego?

- Que tipo de funções tem?
- Considera, que estas funções, face à sua situação antes da prisão, irão ajudar futuramente?
- Considera, esta oportunidade uma melhoria? Uma possibilidade de aprender novas competências de trabalho?
- Como é o seu dia-a-dia de trabalho?
- O que sente durante o seu dia de trabalho?
- Como acha que será após a sua liberdade? Acha que a entidade onde está a desempenhar funções irá contratá-la?
- Esta experiência que está a ter em regime aberto virado para o interior, irá contribuir para que quando estiver em liberdade lhe sejam abertas novas portas?
- O que fazia pessoalmente e profissionalmente antes da prisão?
- O que aprendeu com a prisão?
- Que grau de escolaridade tinha antes da prisão?
- Porque deixou de estudar?
- O que irá fazer quando sair da prisão? Irá tentar com que a sua vida seja diferente da que tinha antes da prisão?
- O que acha que vai acontecer quando sair da prisão?
- Existe um acompanhamento após sair da prisão?
- Quais são os seus objetivos quando estiver em liberdade?
- Na sua opinião, existe alguma sugestão de melhoria que queira indicar, no que concerne às políticas de reinserção social?
- Tem alguma informação que ache importante transmitir-me, mas que não questionei?

(conclusão)

Agradeço novamente toda a sua disponibilidade. Qualquer questão que tenha também estarei sempre à disposição.

Não sei se tem alguma questão que me queira colocar? Alguma dúvida que tenha sobre o meu trabalho?

Obrigada novamente, e até uma próxima.

Anexo F – Guião de Entrevistas para Reclusas que apenas estão a estudar

Mestrado em Políticas de Desenvolvimento em Recursos Humanos

Joana Rita Paulo Monteiro

Nº 38695

Guião de Entrevista

(Introdução)

Bom dia /Boa Tarde,

Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização desta reunião. O meu nome é Joana Monteiro, e frequento o Mestrado em Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no ISCTE-IUL.

No seguimento da realização da minha dissertação, resolvi escolher como tema as políticas de reinserção das reclusas no mercado de trabalho, de forma a tentar perceber que tipo de políticas e parcerias existem e como as mesmas são colocadas em prática

Aproveito para mencionar que no decorrer da nossa conversa irei tirar algumas notas e gravar a conversa, reforço no entanto que o seu nome e informação não serão identificados na dissertação, existe algum inconveniente para si neste sentido?

(Questões)

- Na sua opinião o que são as políticas de reinserção social?
- Considera que estas políticas têm efeitos positivos? Porquê?
- Como surgiu a possibilidade de estudar? Procurou ou propuseram?
- Antes da prisão que nível de escolaridade tinha? Qual tem agora? Qual gostava de alcançar?
- Porque deixou de estudar?
- Considera que este tipo de oportunidade irá facilitar a vida em liberdade?
- O facto de estar a apostar na formação irá ajudar a arranjar oportunidades de emprego?

- Estudar está a ser positivo? Está a aprender coisas novas? Como por exemplo?
- Como é o seu dia-a-dia?
- O que sente durante o seu dia-a-dia?
- Procura trabalhar dentro da prisão? Porquê?
- Como acha que será após a sua liberdade?
- O que fazia pessoalmente e profissionalmente antes da prisão?
- O que aprendeu com a prisão?
- O que irá fazer quando sair da prisão? Irá tentar com que a sua vida seja diferente da que tinha antes da prisão?
- O que acha que vai acontecer quando sair da prisão?
- Existe um acompanhamento após sair da prisão?
- Quais são os seus objetivos quando estiver em liberdade?
- Na sua opinião, existe alguma sugestão de melhoria que queira indicar, no que concerne às políticas de reinserção social?
- Tem alguma informação que ache importante transmitir-me, mas que não questionei?

(conclusão)

Agradeço novamente toda a sua disponibilidade. Qualquer questão que tenha também estarei sempre à disposição.

Não sei se tem alguma questão que me queira colocar? Alguma dúvida que tenha sobre o meu trabalho?

Obrigada novamente, e até uma próxima.

Anexo G – Guião de Entrevistas para Reclusas que não exercem atividades

Mestrado em Políticas de Desenvolvimento em Recursos Humanos

Joana Rita Paulo Monteiro

Nº 38695

Guião de Entrevista

(Introdução)

Bom dia /Boa Tarde,

Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização desta reunião. O meu nome é Joana Monteiro, e frequento o Mestrado em Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no ISCTE-IUL.

No seguimento da realização da minha dissertação, resolvi escolher como tema as políticas de reinserção das reclusas no mercado de trabalho, de forma a tentar perceber que tipo de políticas e parcerias existem e como as mesmas são colocadas em prática

Aproveito para mencionar que no decorrer da nossa conversa irei tirar algumas notas e gravar a conversa, reforço no entanto que o seu nome e informação não serão identificados na dissertação, existe algum inconveniente para si neste sentido?

(Questões)

- Na sua opinião o que são as políticas de reinserção social?
- Considera que estas políticas têm efeitos positivos? Porquê?
- Como é o seu dia-a-dia?
- O que sente durante o seu dia-a-dia?
- Foi-lhe dada a possibilidade de estudar ou trabalhar?
- O que a levou a não aceitar nenhuma?
- Antes da prisão que nível de escolaridade tinha?
- Porque deixou de estudar?

- Vai procurar estudar ou trabalhar dentro da prisão?
- O que fazia pessoalmente e profissionalmente antes da prisão?
- O que aprendeu com a prisão?
- O que irá fazer quando sair da prisão? Irá tentar com que a sua vida seja diferente da que tinha antes da prisão?
- O que acha que vai acontecer quando sair da prisão?
- Existe um acompanhamento após sair da prisão?
- Quais são os seus objetivos quando estiver em liberdade?
- Na sua opinião, existe alguma sugestão de melhoria que queira indicar, no que concerne às políticas de reinserção social?
- Tem alguma informação que ache importante transmitir-me, mas que não questionei?

(conclusão)

Agradeço novamente toda a sua disponibilidade. Qualquer questão que tenha também estarei sempre à disposição.

Não sei se tem alguma questão que me queira colocar? Alguma dúvida que tenha sobre o meu trabalho?

Obrigada novamente, e até uma próxima.

Anexo H – Tabela de Entrevistas Transcritas

O que são as Políticas de Reinserção Social?	
R1	Para mim, neste momento, a política de reinserção social é uma adaptação, não é? Nós estamos no meio prisional e depois é a adaptação a nível social, não é?
R2	Que é que elas são para mim... Para mim é... desde que nos facilitem essas coisas como os trabalhos, para não voltarmos outra vez cá para dentro. Aprende-se muita coisa.
R3	Na minha opinião, o trabalho é muito importante. Principalmente aqui dentro. Porque eu quando entrei, fiquei mais ou menos 10 meses sem trabalhar. E no início, acho que uma pessoa quando entra tem que ter ali qualquer coisa para ocupar a cabeça. E ter ali aquele impacto da prisão.... Porque quando a gente entra isto aqui é um mundo diferente. É um mundo à parte que a gente nunca pensa como é que é aqui dentro. E um trabalho, um curso, um... sei lá qualquer coisa que nos mantenha ocupadas. E depois comecei a trabalhar, e para mim isso foi muito bom. Já estive mais dentro da cela antes e depois também a pessoa fica ali a pensar naquilo que fez e acaba ficando mal da cabeça. Mas acho que a reinserção social é muito importante. Mesmo para as reclusas se habituarem no percurso que têm que estar aqui, não é? E depois também ter um projeto de vida também quando sair, diferente. A reinserção social não é só o trabalho. Como a escola também. Há cursos de cozinha, culinária, bijutaria.... E isso eu acho que é importante e é muito bom para quem faz.
R4	“No meu ponto de vista acho que é todas as oportunidades que nos dão aqui dentro preparando-nos para depois poder agarrar o futuro lá fora. E temos uma panóplia de escolhas, desde estudos, desde formação profissional, várias coisas.
R5	Na minha opinião sincera? Acho que há muito poucas.
R6	Não sei explicar
R7	Se quer que lhe diga, não faço a mínima ideia.
R8	O objetivo é dar-nos bem, no trabalho, com as pessoas. É isso. (...). Trabalharmos, estar aqui.... Podemos aqui trabalhar mas lá fora é diferente, estamos com pessoas que não estão cá não é? Convivemos mais com outras pessoas, é diferente.
R9	Não sei
R10	Eu acho que é a forma como nós entramos na sociedade, como lidamos com outras pessoas e com outras situações.
R11	É como a gente se adapta quando sai daqui. Se temos trabalho, se temos casa, se conseguimos nos adaptar. Como estamos aqui fechadas muito tempo, se nos conseguirmos adaptar bem lá fora à sociedade como está.
R12	Não tenho a certeza, porque ainda não fui chamada para falar com a técnica.
R13	Não sei
R14	As políticas de reinserção social? Não sei. É estarmos em contacto com as outras pessoas. Interagirmos, não é? Ter um bom ambiente. Não arranjarmos assim confusões. Basicamente é isso, não sei.
R15	Não tenho conhecimento.

Aspetos positivos das Políticas de Reinserção Social		Aspetos negativos e/ou a melhorar das Políticas de Reinserção Social
R1	Porque têm... Falo aqui no estabelecimento prisional. Deram-me uma oportunidade de logo começar a trabalhar. Tive a trabalhar 3 anos na Polismar. Depois estive a trabalhar 2 anos no artesanato, mais ou menos... quase 2 anos. E agora estou na creche. Por isso logo daí... o estabelecimento está-me a dar bastantes oportunidades.	-
R2	Para depois quando sairmos daqui termos um certo apoio, certo? Certo apoio.... Temos que começar... nós temos que começar tudo do zero não é? Eu falo por mim, vou começar tudo do zero, vou batalhar, batalhar... vamos levar muitos não até chegar a um sim. Mas há-de haver uma solução.	-
R3	<p>“Irão, no meu caso principalmente. Eu tive muito tempo a trabalhar na oficina de costura. E é uma coisa que eu apaixonei. E quando chegar lá na rua, de certeza que é o que vou fazer.”</p> <p>“Irá ajudar em tudo, porque aqui dentro querendo ou não, a gente aprende muita coisa. Bem ou a mal aprende. E eu acho que de todo... penso eu, que para mim não é? No meu caso, a prisão para mim não foi tão mau assim. É mau porquê? Estou longe da minha família, a minha família sofre e pronto, sofro eu. Mas isso a gente aprende, e muito.”</p> <p>“Acho que as políticas estão sendo boas. Há cursos, há tudo. Para quem quer! Se as pessoas querem mudar mesmo, concorrem às coisas e conseguem.”</p>	-
R4	“Tou a ter... ganhar experiência.”	“Sim haver mais formação, mais escolha. Darem mais oportunidades de emprego também às outras pessoas.”
R5	<p>“Tem de positivo enquanto nós estamos aqui. Quando nós saímos daqui não.”</p> <p>“Cria hábitos de trabalho. Porque eu nunca trabalhei. É a primeira vez que estou a trabalhar aqui dentro. Mas eu já estou habituada ao trabalho e pronto... eu sinto-me bem no trabalho, sinto-me bem com a cabeça ocupada.”</p>	<p>“Porque quando nós estamos cá dentro é uma coisa, e quando nós saímos é completamente diferente. Quando nós estamos cá dentro é preciso, tudo aquilo e tudo o outro e depois quando nós saímos ninguém quer saber de nós. Simplesmente nós só temos que ir, pronto apresentarmo-nos às técnicas, não é? Vá uma vez por semana, ou duas, ou uma vez por mês, e mais nada.</p> <p>Ninguém quer saber se eu tenho trabalho, ninguém quer saber se eu tenho aquilo, ninguém quer saber se eu tenho o outro. Nada.”</p> <p>“Cá dentro... eu acho que não deviam... como é que hei-de dizer? Deviam de acreditar mais em nós. Pronto... eu que se.... Tou a ser sincera... Eu acho que deviam acreditar um bocadinho mais em nós, porque nós não somos todas iguais.</p> <p>E quando nós saíssemos deviam-nos acompanhar mais. Em termos de trabalho, de casa... Pelo menos em termo de trabalho e de habitação. Eu acho que deviam-nos dar mais apoio.</p>

		<p>Devia de haver uma instituição na rua, onde nós saíssemos. Pronto na nossa área de residência, um apoio para casa, um apoio para trabalho. Porque nós quando sairmos daqui nós pronto, saímos sem quase nada não é? Porque as coisas que estavam na rua, as nossas casas, as nossas coisas, eu falo por mim, eu fiquei sem nada! Eu tive que entregar a casa, tive que tirar as coisas que tinha em casa. Eu vou sair daqui, vou sair para casa da minha sogra onde não tenho nada, não é?</p> <p>É mais fácil nós irmos para o caminho mais fácil, quando não temos trabalho e termos filhos... E caímos em tentação, não é?"</p>
R6	<p>“Sim, eu acho que... eu falo por mim, acho que é uma boa oportunidade. É uma ajuda que nos dão, para quem quer ser ajudada. E como lhe disse, acho que é uma boa oportunidade para quando a gente sair, a gente entra sem nada e saímos já qualquer coisa a mais.”</p>	<p>“É as regras daqui. Estamos no RAI, estamos no regime aberto. Mas temos chefe, não podemos estar aí a andar à toa de um lado para o outro. Muitas regras que temos que cumprir.”</p>
R7	<p>“No ensino, até pode vir a ter não é? Para quem não tem a escolaridade mínima. Se uma pessoa está presa, imaginamos por 7/8 anos, acho que compensa, independentemente de estar no sítio onde está, apostar.”</p> <p>“Dá hábitos de trabalho, para quem nunca os teve, não é? E para quem teve uma vida fácil lá fora, em termos monetários e tudo mais, não precisava de trabalhar porque tinham sempre quem, pronto.... Aqui há ricos e há pobres. E então isto aqui é bom para quem nunca trabalhou, é muito bom.”</p> <p>“Porque tenho o meu filho que vem cá, e tenho que comprar as coisinhas dele então tenho que trabalhar mesmo, nem posso faltar mesmo, nota-se a diferença.”</p>	<p>“Agora, quem tem penas pequenas, acho que nesse sentido não compensa porque... quem tem 4 anos, depois vai ao meio da pena, depois se tiver a estudar a juíza corta logo as penas porque está a estudar e quer que acabe os estudos. E há muita gente que acaba por não ir por causa disso.”</p> <p>“Mas... não, em relação de estudos, eu penso que... não sei, é a minha opinião. Porque a gente aqui só tem, acho que só tem cá um curso, que é um curso de cozinha só. E eu acho que devia haver outros tipos de cursos porque... nem toda a gente... porque depois é assim, as pessoas ao verem um curso desse, a quase que são... não é ... obrigadas... como já estão há muito tempo fechadas, inscrevem-se. E isso para elas, é apenas um passatempo, porque não é isso que elas querem fazer.</p> <p>Acho que devia de haver outros tipos de curso, outras maneiras de chamar à atenção. Não sei... até mesmo na educação física... porque se calhar se elas tivessem, imagine 2 vezes por semana, uma aula dessas eu acho que iria resultar. Porque a gente vê... o espírito de equipa e tudo mais... porque aqui há muitas rivalidades, não é? Mas também se houver quem puxe por elas, porque há muitas boas meninas por aí. Eu acho que se houver quem puxasse por elas, que.... Porque a cadeia... quem faz a cadeia somos nós. Não são as guardas, não são as educadoras... somos nós mesmas. E eu acho que sim, porque a parte da educação física tem mesmo a ver com isso, é união, espírito de equipa, até mesmo jogos de futebol, aquelas coisas...</p> <p>Eu acho que sim. Em termos cursos e tudo mais. Não ser só cozinha, mas haver mais qualquer coisa. Eu por exemplo tirei o curso de competências pessoais e sociais, foi 3/4 meses, mas foi bom... Porque aprendi algumas coisas... não foi muito. Mas aprendi a não ser tão individualista, a jogar jogos em grupo. Uma peça de teatro que a gente teve</p>

		giríssima. Eu gostei e nunca mais houve nenhum curso desses, desde 2013 por exemplo. E eu acho que iria ficar já interessante. Trabalho já existe, que há tantos trabalhos aqui. Deviam era aumentar o ordenado.”
R8	<p>“Uma pessoa sempre aprende, sempre estamos a aprender novas coisas. Porque eu estou presa né? Aprendemos a lutar pela vida, e a não fazer asneira.”</p> <p>“Eu acho que sim. Uma pessoa já pensa sair daqui livre, estar com os meus filhos. Fazer uma vida decente como as outras pessoas. Nem que seja de limpeza, mas eu vou à luta e vou conseguir.”</p>	-
R9	“Eu gosto de me estar sempre a mexer e a trabalhar. Sinto-me melhor assim.”	-
R10	“Lá está, é a convivência com as outras pessoas. Assim também vou ter a oportunidade de saber o que é que eu quero. O meu comportamento também. E também é uma mais-valia, porque vou aumentar o meu currículo. Porque como vou sair daqui com cadastro e há poucas oportunidades lá fora, pelo menos se eu aproveitar esta eu acho que vou ter mais chance de progredir.”	-
R11	<p>“Se calhar ajudam-nos a compreender o que nós realmente somos. Eu quando vim para aqui era uma pessoa, e agora estou totalmente diferente daquilo que era lá fora. E isso acho que nos ajuda um bocadinho.”</p> <p>“Sim, porque o curso em que eu estou dá-nos um diploma que dá para apresentarmos em trabalho. Por exemplo, como estou na culinária, vão-me dar um diploma de ajudante de cozinha. Chegando ao pé de um estabelecimento, mesmo estando presa, eles veem o diploma, e se calhar é um bocadinho mais fácil arranjam-me trabalho, do que chegar uma pessoa que não tenha esse diploma mesmo que não esteja presa, conseguir arranjar emprego. Por isso é mais fácil.”</p>	-
R12	“São positivas, porque quando sairmos lá fora acho que a sociedade não nos vai ver como uma presidiária. Vamos sair daqui com autoestima, falo por mim. Porque eu quando sair daqui eu vou voltar à vida que eu tinha.”	<p>“Saúde, é o principal. Olha eu já estou cá há mais de 3 meses. Eu tenho uma dor nesse peito e no braço, estou à espera de uma mamografia, e disseram que é daqui entre 6 a 8 meses que eu posso fazer.</p> <p>Para mim deveriam melhorar em termos de saúde aqui, principalmente para as crianças. Porque aqui não tem... tem uma pediatra que vem cá de 15 em 15 dias, mas... Não dá apoio, porque às vezes os meninos têm tosse mais de meses, e só dá antibiótico, sem fazer uma análise sem nada.</p> <p>Falo por mim, a minha filha teve cá com tosse 3 meses, ela foi para a rua, levaram às urgências e disseram que ela tem uma infeção respiratória. Agora ela está na rua para fazer a medicação para depois ir ao médico outra vez. Porque aqui não temos chance. “</p>

R13	-	-
R14	“Sim, porque acho que evita um bocadinho o desagrado entre umas e outras pessoas”	-
R15	“Sim, porque é bom para nós”	-

Que nível de formação tinha antes de vir para a prisão?		Que nível de formação alcançou	Porque Deixou de Estudar?
R1	“Eu tenho um curso de contabilidade. (Com equivalência ao 12º?) Exatamente.”	-	“Porque, entretanto, casei, e reconstruí a vida, pronto.”
R2	“Tinha o 9º”	-	“Deixei de estudar porque... como é que eu hei-de explicar.... O meu cérebro sempre foi preguiçoso para algumas coisas e para outras não. (...)É, é preguiçoso. Ele adora música, adora essas coisas assim, mas para a escola.... ”
R3	“O 9º ano,”	“(alguma vez procurou a oportunidade de apostar na sua formação?) Não porque é assim... Procurei, mas no meu caso é um pouco burocrático. Porque preciso dos documentos em dia, e os meus documentos estavam vencidos na altura. Eu queria estudar e fazer essas coisas, pronto não houve essa oportunidade. Não houve essa de fazer outros cursos, mas houve outras, da oficina, que foi muito boa.”	“Pronto... estudei no Brasil antes de vir para cá, e depois como tive que trabalhar, acabei por pôr os estudos de parte.”
R4	“Tinha o 6º ano incompleto”	“Atualmente, a concluir o 12º”	“Foi aquela fase dos... a fase do armário, dos 13/14 anos. Amigos, rebeldia.... Fui deixando”
R5	“4ª classe”	“Cheguei a estudar, mas depois deixei porque eu ainda tinha as minhas duas filhas cá comigo, e acabei por desistir”	“Os estudos eu deixei antes de casar. Porque... o meu pai, entretanto morreu não é? E eu depois não tinha aquela coisa para ir para a escola. Fui eu mesmo, e depois deixei de ir à escola”
R6	“6º ano”	“(Já teve a oportunidade de apostar na sua formação?) Já, tirei o curso de 2 anos. Foi a minha educadora que me deu a iniciativa, fiquei muito feliz. Porque eu lá fora não tinha essa oportunidade que eu tive cá dentro.”	“Porque não queria, não queria estudar, não queria saber da escola.”

		“Tenho o certificado do 9º ano mais o da culinária”	
R7	“O 9º”	“Neste momento não estou na escola, deixei. Tive problemas que não deu mesmo para continuar, comprometi-me a começar, mas não...”	“Porque eu já tirar o 9º ano, já foi nas novas oportunidades, já foi assim um bocadinho com empurrão... Sempre quis a universidade, mas não cheguei... não tinha paciência”
R8	“Não tinha estudado antes”	“Já estudei aqui (E fez o quê aqui? Para atingir algum nível de escolaridade?) Para aprender. Tive aulas, ajudaram. Eu não sabia nem ler, nem fazer o meu nome.”	“Porque eu casei muito nova. Eu sou cigana. E então estava com os meus pais, e fugi com o meu marido, e fui mãe muito cedo, e então...”
R9	“4º ano”	“(Para que ano?) 6º. Tenho o diploma”	“Porque eu sentia que a minha cabeça já não dava. Eu sentia que a minha cabeça já não dava para continuar. Eu trabalhava e estudava, trabalhava e estudava. Eu não consigo mesmo.”
R10	“Eu só estudei em Cabo-Verde, eu fiz o 8º. Era para ir no 9º, mas não continuei”	“(E agora está a fazer que nível? O 6º?) Sim. (E que nível de escola é que gostaria de alcançar). Eu queria ir até ao fim. E este curso já me explicaram, que se não continuar aqui, se tiver possibilidades de continuar lá fora, eu queria muito.”	“É uma coisa complicada. Primeiro eu engravidei, e na altura ainda estava em Cabo-Verde, e a situação era muito complicada, e eu tinha que trabalhar porque com uma criança... Depois eu vim para aqui, eu não quis estudar, eu fiquei com o meu pai pouco tempo. Eu saí de casa e tive que começar logo a trabalhar, para poder sobreviver.”
R11	“6º ano completo”	“(Que nível é que gostava de alcançar?) o 12º claro.”	“A escola era muito chata, não gostava de escola.”
R12	“Tinha o 7º ano”	“Na minha terra, o 7º ano... para dizer que tens 7º ano tens que ter o 8º ano. Enquanto não tens o 8º ano eles só aceitam o 6º ano. Aqui estou a estudar o 6º ano.” “O curso que estou a fazer não dá, porque é só 6 meses. Só quando eu sair daqui posso tirar um nível de 9º ano, se eu continuar.”	“Condições. Eu sou de cabo-verde e a minha mãe não tinha possibilidades. O meu pai morreu eu tinha 13 anos, e eu tive que deixar a escola para os meus irmãos poderem estudar. Porque somos 8.”
R13	“Tinha feito só a segunda classe”	“A primeira classe”	“Porque sabe como é, a lei do cigano. É mais os homens.”
R14	“Tinha o 9º ano”	“Quero acabar até ao 12º ano”	“Porque eu fui criada com a minha avó, e ela não tinha possibilidade de continuar a pagar os meus estudos e então eu fui trabalhar.”
R15	“4º”	“Quero tirar o curso de culinária”	“Eu queria, mas a minha etnia não permite.”

O que fazia profissionalmente antes da prisão?	Que atividades profissionais têm dentro da prisão?	Como surgiu a oportunidade?	
R1	“Eu trabalhava, com eventos de casamentos e batizados, anteriormente.”	“Eu posso dar o exemplo de trabalhar com crianças, que nunca tinha trabalhado com crianças. E para mim foi... está a ser uma boa experiência. Porque eu no início não queria, não... pronto, de todo não queria mesmo trabalhar com crianças, e.... agora estou a gostar.”	“Eu pedi para trabalhar assim que entrei no EP. Pedi para trabalhar... Eles arranjaram logo, foram impecáveis nesse sentido, foram impecáveis! E agora em regime... de estar pronto, com esta, com esta bata nova, não é? A oportunidade que me deram, sim falaram comigo, perguntaram-me se eu queria ir para a creche e eu disse que sim.”
R2	“(...) de momento andava à procura de trabalho.”	“Só faxina. E vou fazendo alguns recados, daqui para ali...”	“Eu desde que vim detida... é que me propus a trabalhar. Por isso sempre trabalhei, tive na Polismar durante 4 anos e ligeiramente..., entretanto fui para a creche, da creche chamaram-me para aqui”
R3	“Antes eu trabalhava numa engomadoria, e trabalhei 6 anos e qualquer coisa. Depois resolvi trabalhar para mim, só que não deu certo. Montei um café e pronto, só que não deu certo, e acabou por fechar o café”	“Sou faxina dos recados. Trabalho aqui na chefia, a carregar os protocolos, e os processos para o serviço de educação e pavilhões. Ando a distribuir os recados.”	“Primeiro comecei a trabalhar como faxina na limpeza, e logo a seguir estava sempre a perguntar, a chatear mesmo a guarda chefe de oficina de costura, e ela falou assim, pronto, deixa estar que quando houver uma vaga vou-te encaixar. E pronto fui.”
R4	“Profissionalmente estava desempregada. Eu era consumidora, e então estava desnorteada, completamente.”	“Neste momento estou a estudar (...) e estou a trabalhar na manutenção, em eletricidade”	“É mesmo aqui no sistema. Falamos com as educadoras, com colegas, e sabemos que há vagas, e então propomo-nos.”
R5	“Pronto, eu vim para a cadeira por, entre aspas tráfico de droga. Eu vim para aqui por tráfico de droga, mas antes do tráfico eu vendia. Vendia roupas e isso.”	“Eu quando entrei para lá eu estava a trabalhar nas mesas, a escolher. Mas depois a minha supervisora, que é a dona X, pôs-me como ajudante dela. Como ajudante dela quer dizer que, vejo trabalhos, dou trabalhos, é isso.”	“Quando fui condenada, pus a proposta de trabalho e chamaram-me.”
R6	“Estava a fazer umas horas num cabeleireiro, um part-time, mas não era nada fixo.”	“Neste momento estou na creche, porque desde que eu acabei o curso, como tive na cozinha. Mas não gostei muito de estar na cozinha, porque na cozinha não faço o que eu quero. Porque aqui já têm equipa de trabalho lá de fora que eles contratam. Eu queria estar na panela a fazer comer só que não podia.”	“E a minha educadora, disse se eu queria ir para a creche, e eu aceitei. E gosto muito de lá estar com as crianças”
R7	“Trabalhava as vezes, outras vezes não trabalhava. Não era estável.”	“Eu sou funcionária da creche, sou auxiliar”	“Surgiu logo quando eu entrei. Quando eu entrei aqui, em 2011. E estava grávida, surgiu logo ali uma oportunidade

			para trabalhar, mesmo grávida, porque não era um trabalho de esforço, trabalhava simplesmente com as mãos”
R8	“Era uma vida.... Era complicada. Era bastante complicada. Também não tinha ajudas de ninguém. Não trabalhava. (A primeira vez que trabalhou foi aqui dentro?) Foi.”	“Atualmente limpo as casas de banho, a loja. É só mais de limpeza.”	“A minha educadora falou comigo.”
R9	“Trabalhava nas limpezas também, na universidade.”	“Só limpeza.”	“Eu desde que entrei aqui sempre trabalhei. Trabalhei na copa, com as guardas, com as crianças. Depois candidatei-me e agora estou a trabalhar em Sintra.”
R10	“Eu estava a trabalhar num hotel como camareira”	(Está apenas a estudar)	“Eu quando entrei já... como eu estava a trabalhar, então eu entrei e pedi logo, se tivesse alguma coisa, alguma oportunidade que eu queria aproveitar. E então a educadora falou comigo, como não tinha... eu entrei ainda de início... não tinha vaga para trabalhar. Ela disse que tinha um curso que ia começar, e eu disse que se fosse possível de eu entrar no curso que eu estava interessada, e então ela inscreveu-me.”
R11	“A nível profissional ajudava a minha madrinha na peixaria dela, entregava o peixe.”	(Está apenas a estudar)	“Foi a educadora, que veio ter comigo e perguntou se eu queria estudar. E eu para ocupar a cabeça, porque estando aqui dentro já é mau, e para me distrair um pouco mais enquanto o meu filho estava na creche, eu aceitei.”
R12	“Trabalhei em vários empregos. Trabalhei como empregada de balcão, trabalhei numa loja africana, trabalhei como empregada de limpezas 2 ou 3 vezes, trabalhei num restaurante. E o ultimo trabalho que eu tinha que já lá estava há 1 ano, foi apoio domiciliário na santa casa da misericórdia.”	(Está apenas a estudar)	“Eu pedi trabalho quando cheguei cá, porque eu tenho uma menina de 2 anos. E eu não tinha apoio da rua porque o pai não me ajuda. E eu só tinha o apoio da SS que é 70 euros, mas não dava, não dava não, não dá, para comprar fraldas e essas coisas. Porque aqui tem coisas que eles não nos dão. E então eu pedi um trabalho, assim que entrei comecei a pedir para me arranjam alguma coisa de fazer. E disseram que não, que eu tinha que ter 6 meses para começar a trabalhar. E logo no início disseram que tinha proposta para o curso de

			<p>cozinha que iria iniciar em janeiro. E eu disse tá bem, então eu vou ao curso.</p> <p>Mas antes, uma semana antes de começar o curso, consegui uma proposta para ir trabalhar. No dia que eu ia começar a trabalhar e ia iniciar o curso. E então eu desisti do trabalho, e fui para o curso. Eu tenho uma bolsa, que ainda não é grande coisa, que paga 0.50€ por hora, mas isso não me interessa, interessa-me é ter o curso. É um curso de cozinha, 6 meses, mas já tenho alguma experiência que eu já chego lá fora e posso trabalhar.</p> <p>E quando sair daqui também quero continuar lá fora.”</p>
R13	“Era vendedora ambulante nas feiras.”	(não tem qualquer tipo de atividade por motivo de gravidez)	-
R14	“Trabalhava numa loja de roupa, e cheguei a trabalhar em hotelaria.”	(não tem qualquer tipo de atividade por motivo de gravidez)	-
R15	“Era vendedora ambulante.”	(não tem qualquer tipo de atividade por motivo de gravidez)	<p>“Eu procurei, mas não podia porque estava grávida e podia-me aleijar. Então agora tenho que esperar 6 meses até ver se tenho alguma coisa. (E depois, quer?) Quero. (E quer fazer o que?). Em princípio eu queria trabalhar, porque havia aqui o curso de cozinha e eu queria. Sim o que houver eu quero. Estar aqui parada é pior.”</p>

Aspetos positivos de trabalhar		Aspetos positivos de estudar
R1	“A nível laboral... Para mim está a ser benéfico. Porque eu estando ocupada para mim o tempo passa, sem... sem dar mesmo conta, não é?”	-
R2	“E ajuda imenso! Eu acho... eu não gosto de estar parada. Não consigo estar parada. (...) A passar o tempo.... A aprender coisas que... se calhar não aprendia lá fora... outros trabalhos.... É outra aprendizagem.” “Sim, estou sempre a aprender. Até morrer estamos sempre a aprender.”	-
R3	-	“Não sabia de nada, não conhecia uma máquina. Costurava na mão, e... sempre adorei fazer roupa, mas era sempre na mão e depois levava na costureira para passar na máquina. E depois aprendi a costurar na máquina. E fazíamos malas, não sei se conhece a marca Reklusa? Fizemos muitas malas para a Reklusa. Fizemos coletes, que é a 7 mares. Sacos também para barcos. E trabalhei lá 2 anos se não me engano. E é uma coisa que eu apaixonei. Não sabia que mala era tão fácil de fazer.”
R4	“Que estou ocupada. Porque se não o tempo aqui custa muito a passar.”	“Sim, tenho o certificado de cozinheira. E pronto agora é experiência na eletricidade, também é bom. Também percebo de costura. Também fiz aqui uma formaçãozinha pequena de artesanato.”
R5	“Cria hábitos de trabalho. Porque eu nunca trabalhei. É a primeira vez que estou a trabalhar aqui dentro. Mas eu já estou habituada ao trabalho e pronto... E eu sinto-me bem no trabalho, sinto-me bem com a cabeça ocupada.” “Ajuda-nos a termos mais responsabilidade. Porque aquilo é um trabalho de responsabilidade. Mais concentração.”	-
R6	-	“Fiz um curso, aqui no estabelecimento prisional. Achei um excelente curso, que quero pretender continuar lá fora, quando sair daqui. Achei uma boa oportunidade que nos deram. E na minha opinião acho que, em termos de curso é melhor que qualquer trabalho aqui dentro do EP.” “Tenho a certeza porque é uma boa oportunidade, porque com nosso certificado em qualquer porta que a gente bate, abrem-nos sempre.” “Porque no curso também aprendemos como podemos ter o nosso negócio próprio, como é que a gente tem que fazer, ir à câmara, e ir a isto e aquilo. A gente teve um senhor que veio de fora, nos ajudou muito. Para mim foi a melhor coisa que me aconteceu aqui no EP.”
R7	“No meu caso eu penso que sim. Porque eu estou na creche, e sempre foi uma coisa que eu quis. Comecei a estudar para isso mesmo, mas depois com as loucuras acabei por não fazer. E eu penso que sim, um dia mais tarde... Isto... a experiência que eu estou a ter, já há 1 ano na creche, acho que vai servir para alguma coisa no futuro. Espero eu.”	“Pelo menos se tivesse o 12º ano.... Já era muito bom ter o 12º ano, porque com o 9º ano a gente já não faz nadinha, portanto ter o 12º ano já era bom.”

R8		“Tive aulas, ajudaram. Eu não sabia nem ler, nem fazer o meu nome.”
R9	“Sinto-me bem. Eu gosto de fazer. Eu sinto-me bem quando estou a fazer, quando estou parada é que não sinto bem. Gosto de me mexer.”	
R10	“Eu acho que sim, porque aqui as pessoas que trabalham têm uma reserva. E então eu acho que se eu conseguisse trabalhar, eu não ia querer fazer reserva, eu queria trabalhar e mandar tudo lá para fora. Porque eu deixei uma criança lá fora também com 10 anos, e é uma maneira de ajudar se eu trabalhasse e recebesse. Mesmo que seja pouco eu ia mandar para ela para ajudar um bocadinho, porque ela ficou com familiares e eu não tenho como ajudar financeiramente.”	“Sim, estou a aprender muita coisa, como estou na área da cozinha, estou a aprender muita coisa. Porque há coisas que nós fazemos em casa e nem sabemos se estamos a fazer certo ou errado, a gente faz de qualquer maneira. E agora eu já tenho mais noção. Mesmo nos sítios, por exemplo restaurantes, lá fora que vamos comer, temos que saber o que é que estamos a comer, tudo como é que funciona e eu já sei muita coisa.”
R11	-	“Estou a aprender fazer coisas que não sabia fazer. Coisas que nem sonhava que podia haver. Como por exemplo, não é só culinária, a gente tem língua estrangeira, que nunca foi boa e agora estou a ser, é milagre. Temos comunicação, aprender a falar, a comunicar uns com os outros, socializarmos. Temos cidadania. Pronto várias coisas. O que me está a ajudar, em tudo.”
R12	-	“Porque a única coisa aqui que eles garantem a tua liberdade, é ser uma pessoa respeitadora, que sabe das coisas. Principalmente que sabe ter uma conversa e isso acho que a escola ajuda, e mesmo o trabalho.” “Constituição portuguesa, estou a gostar. Matemática, também tem muita coisa que é diferente, já não me lembrava. Eu gosto de tudo, mas eu gosto mais da cidadania e da culinária.”
R13	-	-
R14	-	-
R15	-	-

O que sente durante o seu dia?		
R1	“Corre bem. Pronto é como eu muitas das vezes eu digo, eu estou rodeada de muita gente, mas estou sempre sozinha, não é? Pronto eu já de mim sou uma pessoa que não me consigo expressar muito a nível de palavras, mas pela escrita consigo-me expressar. Mas sinto-me bem.”	
R2	“O que é que eu sinto durante o meu dia de trabalho? Sinto que há-de passar mais depressa, e pronto é menos um dia.” “(…), já chega, cansada... Isto não mata, mas mói. Chega a um ponto que... (…). Principalmente aqueles dias.... Tou sempre... é depende dos dias Mas eu não demonstro muito, fica tudo mais cá para dentro, que é pior! Também sei disso, mas sem... Eu não consigo mesmo.... Prefiro refugiar-me, ouvir música no meu cantinho, quietinha... que isto há-de passar.”	
R3	“Sinto-me bem, gosto de estar a fazer... caminhar, e estar ali. Também que querendo ou não a gente tem ali o conviver com pessoas que vem de fora, e é bom falar outros assuntos que não seja só tribunal, e processos e essas coisas todas.”	

R4	“Durante o meu dia? Que estou ocupada. Porque se não o tempo aqui custa muito a passar.”
R5	“Nem sempre a mesma coisa. Depende! Depende do meu estado espírito, depende se elas me chateiam muito”
R6	“Sinto que eu tenho uma responsabilidade muito grande com as crianças. Temos que cuidar deles, não deixar eles fazer... porque as crianças não têm noção do que fazem. Temos que estar sempre atentas neles, e dar atenção o máximo que a gente pode. Para eles não sentirem que estão na mesma situação que nós. Temos que fazer sempre... tipo quando a gente vai precária, lá temos que dizer que vamos de férias. Gosto muito de trabalhar!”
R7	“Às vezes sinto-me cansada. Psicologicamente, não é cansada no meu corpo, é mesmo psicologicamente. Porque não é fácil de trabalhar... a gente pensa que trabalhar com crianças é fácil, mas não é fácil. É porque não só brincar, há outras coisas. Eles têm regras também, independentemente de serem pequenos têm regras. Têm que aprender que á hora para comer, há hora para brincar, há hora para falar a sério... e... Ao longo do dia passo por várias... de manhã venho e sinto-me mal mas depois alegre, quando vêm, é os abraçinhos. E é o que compensa às vezes trabalhar pronto na creche, é mesmo a parte dos abraçinhos e isso.... Depois está tudo bem. Depois há aquele momento do dia em que a gente fica ali uma hora espedada. Porque a gente depois faz turnos à hora de almoço para ir almoçar. Como só temos uma hora, então quando ficamos espedadas é que nos bate pó sentimento. Uma pessoa já está ali desesperada. Depois vamos almoçar, e depois à tarde vimos. E eu como normalmente estou na sala dos grandes, que são os que dão mais trabalho que é mesmo assim. E então às vezes saí de lá psicologicamente cansada. E depois só quero é tomar banho e ir-me deitar, e depois já não como.”
R8	“Sim, sinto-me bem. (nunca sentiu atitudes que... de olhar de lado?) Não, eu acho que não. Eu ainda não senti isso. Ainda.” “As pessoas mudam, há pessoas que erram e que arrependem-se do que fizeram, mas agora... arrependo-me, muito!”
R9	“Sinto-me bem. Eu gosto de fazer. Eu sinto-me bem quando estou a fazer, quando estou parada é que não sinto bem. Gosto de me mexer. “
R10	“Ai isso é... é muita coisa (como por exemplo?) Não sei explicar, é aquela coisa”
R11	“Sinto saudades. Das minhas coisas lá fora, da minha mãe. Do dia-a-dia.”
R12	“Normal. O pior já passou. No início de estar aqui dentro era pior. Porque não estava acostumada, a jantar às 18h a ser fechada às 19h. E depois é tipo tu estás lá fechada e não sabes o que é que fazer. Para ir ao telefone tu tens que ter horário, só podes falar com uma pessoa por dia, e é só 5 minutos, e às vezes tens muita coisa para conversar e não tens chance. As vezes trabalhar aqui não é por dinheiro, é teres a autoestima. E não estar sempre fechada. Porque ir ali até à Polismar apanhar um ar diferente, conhecer outras pessoas, falo com outras pessoas. E isso evita conflito entre colegas que não fazem nada.”
R13	“É complicado. Tar aqui dentro é. (...). Triste, muito triste. Estar longe das miúdas, muito triste.”
R14	“Às vezes sinto-me triste, por estar aqui. Lá fora se calhar as coisas eram diferentes, mas pronto.”
R15	“Olha é as vezes. Há dias que estamos bem, outros dias é aborrecido.”

Visitas de amigos e familiares	
R1	“Amigos não, mais de família. Correm bem. Fica aquela saudade, aquela ânsia, mas depois quando vão embora fica o vazio.”
R2	“ Sim, aos domingos, a minha mãe e o meu padrasto estão sempre aqui. (...) Sempre bem. Eu já lhe disse a ela [mãe] para vir de 15 em 15 dias, mas ela diz que não, que faz o que puder e vem. E ainda fica ofendida quando eu lhe digo isso. Porque... já lá vão 5 aninhos e se ela puder... ficam cansados também... Mas não, ela diz enquanto eu puder eu venho.... Por isso é que eu digo, lá está, vou ter que ajudar quem me ajudou.”
R3	“Sim sim, todas as semanas. (Como é que correm as visitas?) Ai tão bom, passa tão rápido. É uma hora.”
R4	“Correm bem. (É um momento que gosta) Claro que sim”
R5	“Não, porque eles são de longe. E a minha mãe às vezes quer cá vir, e eu é que lhe digo a ela para não vir porque é muito longe. Eu já vou a casa. Não compensava estarem a vir aqui”
R6	“Desde que eu vim para aqui... como eu já estou a ir a casa, não quis mais ter visitas”
R7	“Não... Porque não podem”
R8	“Recebia visitas da minha mãe, só que ela não vinha sempre, vinha de vez em quando. Porque eles vivem em X, e é um bocadinho longe. Desde que estou a trabalhar no exterior, também não tenho... só tenho 1 folga, nunca mais tive visitas” “Corriam bem, sempre é bom estar com a família, com as pessoas que a gente gosta de estar e que sabemos que estamos bem”
R9	“De vez em quando eu recebo visitas. Mas agora.... Só que neste momento já que como eu também não paro. Só domingo, tenho folga só ao domingo. No domingo eu descanso”
R10	“Sim (como é que correm as visitas?) É tão bom, mas depois quando acaba... Sabe tão pouco, porque é só 1 hora. No final é sempre triste”
R11	“Sim, eu tenho visita todos os sábados. De mês a mês tenho visita do meu marido para poder ver o filho. A gente tem 2 visitas, só que como a minha mãe e a minha madrinha trabalham, não conseguem vir às terças-feiras, e eu própria pedi para não virem às terças-feiras, para não perderem um dia de trabalho. Então todos os sábados tenho visita. (E como correm?) Às vezes dá para chorar um bocadinho, não é? As saudades e isso. Mas correm sempre bem, porque o meu filho é um menino divertido e mete a gente a rir e a saltar se for preciso. Correm bem, graças a Deus”
R12	“Sim tenho, a hora de ir embora é que é um pouco triste, mas tem que ser”
R13	“Sim (correm bem?) Sim, correm bem”
R14	“Sim já recebi. Amigos ainda não, não porque ainda não tinham sido aceites. Mas a minha sogra costuma vir, a minha mãe também, os meus tios também às vezes vêm”
R15	“Sempre. (como é que correm?) Bem, muito bem. (Gosta?) Gosto, por mim era todos os dias.”

O que aprendeu com a prisão?	
R1	“O que é que eu aprendi com a prisão? No meu ponto de vista isto é uma escola de crime e de vícios. Onde no qual também existe gente com muita virtude. E que no qual me fez repensar todo o meu percurso de vida.”
R2	“O crime não compensa, de maneira nenhuma. Sem dúvida.” “Muita coisa... o que há aqui dentro também há lá fora, infelizmente. Falsidade há em todo o lado.... Aprendi trabalhos novos, como a Polismar, que por exemplo eu não conhecia... E aprendi a dizer que não a muita coisa... (Aprendeu a impor-se é isso?) é... porque a cadeia tem muito que se lhe diga então se nós não nos soubermos impor e dar-nos ao respeito, como lá fora... E em ambas as partes.... Só que aqui dentro é um mundo... vá digamos obscuro... então eu fui aprendendo e fui crescendo. (...) Cada vez que passa estamos a aprender, a evoluir mais um bocadinho, e isso vai tudo... depende das pessoas... umas sim outras não, não querem saber.”
R3	“Uh meu deus, tanta coisa! Em termos profissionais aprendi a costurar. Em termo pessoal, muita paciência. Eu não tinha paciência. Eu não conseguia esperar, tudo aquilo que eu queria era... tinha que ser naquela hora. Hoje não, hoje já tenho mais paciência e gosto de conversar com as pessoas, e ouvir histórias e... Nestas situações a gente aprende muitas coisas. E há pessoas que aqui já estão presas há muitos anos e têm.... Têm maneiras diferentes de seguir a prisão. Há muitos que seguem com boa cabeça. E há outras que não. E nisso a gente aprende muita coisa, não é? E até reconhecer as pessoas, o olhar nos olhos, e... parece que as pessoas quando conversam com a gente de uma maneira... como é que eu vou expressar isso? Tá o sorriso, mas nos olhos não está a mostrar aquilo que tá a sair mesmo. E isso é uma coisa que a gente aprende muito aqui na cadeia. O interesse que a pessoa demonstra naquilo que se está a dizer.” “Eu acho que isto não é para ninguém. É uma aprendizagem. Eu acho que se todo o mundo cometesse um crime, e conseguisse chegar na cadeia e ver aquilo que realmente o crime faz na vida de uma pessoa. Eu acho que a prisão seria muito bom nesse aspeto para todos. E realmente eu, aprendi que, para mim no meu caso, que a prisão não é mau de todo, se levar a prisão na maneira como ela foi pensada.”
R4	“Muita coisa. Desde capacidades intelectuais, desde escrever melhor, falar melhor. Pronto, a escolaridade. A formação no curso de cozinha. Entre outros valores que fui adquirindo que não tinha consciência que eles existiam lá fora, e aqui vim a reconhecê-los.”
R5	“As grandes lições que eu tirei? É que aquilo que eu estava a fazer... eu sei que... o dinheiro é uma vida fácil, mas não compensa. Porque não sou só eu que estou aqui a sofrer, faço sofrer a minha família, faço sofrer as minhas filhas, que elas ficam devastadas cada vez que eu vou a casa e tenho que voltar para aqui. E aprendi muito... que não quero voltar aqui nunca mais.”
R6	“Isso tenho a certeza porque, aqui dentro, eu falo por mim. Eu cresci muito como pessoa, mudei muito, e fez-me bem entrar na cadeia, porque aqui, sinceramente aprendi coisas que eu nunca pensei que ia aprender. Apesar de ser uma fase má, há males que vêm por bem.” “Ai, a prisão ensinou-me muita coisa. Por exemplo, estudei! Uma coisa que nem sequer tinha ideia lá fora de fazer. Tirei o meu 9º ano, que eu tinha o 6º. Fiz um curso, tenho o certificado de culinária. Cresci muito como pessoa, mudei muito. E acho que a mim fez-me bem vir para a cadeia, foi a melhor coisa que aconteceu.”
R7	“Para aprender e muito. Porque eu levava uma vida rebelde sem... Como é que eu hei-de explicar? Sem responsabilidades, sem trabalho, vivia de outras formas, os roubos e essas coisas. E pronto, para mim o dinheiro era fácil de arranjar. Agora aqui dentro é que eu dou valor ao facto de só receber aquilo que recebo, e então tenho que esticar. Tenho que ter noção que não posso faltar ao trabalho, porque esse dia que eu vou faltar, quando for para receber, eu vou notar logo a diferença daquele x. O facto de ter sido mãe aqui dentro também mudou radicalmente.” “Não cobiçar as coisas dos outros. A frase o crime não compensa, para mim não entra, porque é a típica frase. Porque é não fazer e ponto.”
R8	“Aprendi a confiar em mim mais... aprendi muita coisa, muita mesmo. Aqui também se aprende muita coisa má, e há coisas boas, más e boas.”

R9	“Muitas coisas, é bom é mau, é todo o tipo de coisas. Aprendemos muitas coisas aqui.” “Foi a primeira e foi a última. (Deu para aprender?) Não, mais que aprender. Só quando caímos nesta situação que vamos mentalizar que estamos errados.”
R10	“É abrir a pestana e não voltar mais aqui.”
R11	“O que é que eu aprendi? Olhe aprendi a passar a ferro que não sabia. A lavar roupa à mão, também não sabia. Estou a aprender a cozinhar. E aprendi a dar-me mais com os outros, ser mais flexível em tudo. Porque eu era uma pessoa que em pouca água fervia, e aqui não, aqui já estou uma pessoa mais calma, e mais serena. O que eu acho que a prisão ajudou-me em tudo, a nível de tudo mesmo.”
R12	“De não confiar nas pessoas. Eu quando sair daqui acho que eu vou desconfiar até da minha própria sombra. Porque a pessoa que me pôs aqui dentro é a pessoa que nunca imaginei que me ia fazer isso. E meteu-me aqui e esqueceu-se que eu estou cá.”
R13	“Uma lição grande, um castigo grande”
R14	“O que é que eu aprendi? Que a liberdade é tudo! E que não há dinheiro nenhum que nos tire essa liberdade.”
R15	“Aprendi a ser mais responsável, ser mais mulher também, ao mesmo tempo. Porque os mimos e essas coisas assim aqui não tenho nada, que é mesmo assim, temos que viver para nós mesmos. E habituar-se, o regime o que é aqui. Foi o que aprendi.”

Dinheiro Recebido	
R1	“Eu compro... eu não tenho... eu não fumo. Só quando estou mais assim agitada, mas é muito raro. E compro os meus produtos de higiene, comida, pronto.”
R2	“É para o dia-a-dia. Para as minhas compras... eu fumo, não bebo... Compro comida não é? Que a comida é às vezes muito boa... Tomara muita gente ter esta comida, mas... temos que comprar produtos de higiene também, e essas coisinhas todas para a cela... E é onde eu gasto o meu dinheirinho.”
R3	“Normalmente, não é? Uso no dia-a-dia, uso para as minhas despesas. E depois a reserva, agora como estou indo de precária, levo para comprar umas coisinhas para o meu filho, e essas coisas todas.”
R4	“Normalmente é o sustento quinzenal”
R5	“Guardo para ir de precária, é o dinheiro que eu levo de precária. E é o que eu vou utilizando aqui dentro”
R6	“Normalmente, como a minha mãe está com os meus dois filhos, não peço o dinheiro, deixo na reserva. Outro que eu preciso para comprar os meus produtos higiénicos, comida e isso. Quando eu sair nas precárias para poder usar na reserva.”
R7	“É para mim e para o meu filho (...) e depois eu também sou fumadora”
R8	“As vezes quando vou de precária, é prendas para os meus filhos. Compro umas coisinhas para mim, e é isso.”
R9	“É para cuidar dos meus filhos. O dinheiro que recebo fica na conta. Eu não tenho vício, não fumo, não bebo. Só tiro 30 euros para comprar as coisas de higiene e já dá para mim”

O que acha que vai acontecer quando sair da prisão?	
R1	“Sinceramente eu antes de ter as minhas precárias, não é? Pronto, as minhas saídas jurisdicionais, confesso que estava com um certo receio, não é? Do mundo lá fora. Agora não! Agora sinto-me bem. (Já se sente mais confortável?) Sim sim, sinto-me mais confortável, mais confiança, já não sinto aquele medo.”
R2	“Após a liberdade... como disse há bocado... vai ser totalmente diferente no meu ver... Vou fazer por isso, tenho que fazer por isso. Vou ter que lutar, batalhar, começar do zero. Vai ser complicado, mas nada é impossível.” “Esperança é última a morrer e... começar tudo do zero.... E inscrições daqui e inscrições dali...” “Claro que vai ser com um passo de cada vez. Vou levar muitos nãoos... não sei se..., mas não vou desistir, não vou! Não vou porque... como eu disse à bocado, vou à luta até ao fim. Nem que tenha que vir pedir ajuda aqui outra vez.”
R3	“É um pouco difícil. Porque na primeira vez que fui de precária, parecia que... era um mundo totalmente diferente! Era o cheiro, aquela confusão dos carros e tudo. Foi difícil para mim na primeira vez, na segunda já foi mais ou menos. Não conseguia sair sozinha, tinha que sair só com ele. A adaptação é difícil para qualquer um que saia da cadeia. Tem que ter muita força de vontade, se não tiver não vai. Mas pronto. E também tem que ter também o apoio da família. Se não tiver... eu acho que é mais difícil realmente. Mas acredito que eu vou adaptar, vou conseguir.”
R4	“Após a liberdade? Vai ser difícil. Porque eu... nas precárias que usufruo vejo que é complicado, mas não é impossível. E é agarrar-me aquilo que eu aprendi aqui dentro, e a tudo aquilo que eu não tive e lá fora tenho. E fazer o melhor para ficar bem.” “Não, eu acho que sim. Acho que.... Isto não é assim um paradigma tão... Não é... Termos consciência daquilo que fomos e que somos e que pronto... a porta poderá se fechar varias vezes, mas nós temos que insistir, e a vida é assim. Não é por eu ter vindo para a cadeia ou não ter vindo, mas a realidade é essa. As portas fecham-se e nós simplesmente temos que bater novamente.”
R5	“A minha vida após a liberdade? Sinceramente não sei, não tenho... A única coisa que eu tenho planeado é que quero arranjar um emprego e quero tirar a carta de condução. E depois o resto, logo se vê.” “Porque a sociedade, és reclusa e... aqui dentro é uma coisa, e lá fora é outra.” “Fácil não é para ninguém. Fácil não é para ninguém né? Eu acho que é um bocadinho difícil ver as pessoas olhar para mim. Saber que eu já tive aqui e... Não vou dizer racismo, mas um bocadinho de preconceito. As pessoas têm muito preconceito. E vai ser um bocadinho difícil né? Mas agora o resto.... Tenho o apoio da minha família, e é o que me importa.”
R6	“O futuro a Deus pertence! Pretendo, quando eu sair vou ao centro de emprego, vou-me inscrever para ver se consigo arranjar um trabalho na minha área, mesmo de cozinha.” “(Como correm as saídas precárias?) Correm bem, mas como eu mudei muito, chego lá fora e fico muito parada no tempo. Aqui sinto mais à vontade, mais protegida do que lá fora, neste momento. (Não se sente protegida porquê?) Não sei, não sei o que é se passa comigo, porque eu quando vou de precária, mudo. Não falo sequer, não.... Custa muito, e tenho que regressar. É muito complicado as precárias, não é assim tão fácil. Sim, nós gostamos de estar lá fora. Só que temos que mentalizar que temos que vir outra vez. E o regressar custa muito, imenso. É muito difícil.”
R7	“Eu acho que sim, mas... não é? Um recluso é sempre um recluso. E não é fácil dar trabalho a um recluso. Trabalho... emprego... mas não é fácil. Mas também não é difícil, muito menos é impossível. Só não tem, como eu costumo dizer, quem não quer. Porque há pessoas que querem trabalhar atrás de uma secretária, e há quem não se importe a trabalhar a limpar escadas, independentemente de não ser aquilo que queria, mas se tiver que ser, é lá que a pessoa vai-se agarrar. Porque foi lá que ninguém o discriminou.”
R8	“Há pessoas que ainda são... olham... eu ainda não senti isso, mas eu vou chegar a sentir. Porque quem me diz que alguém vai saber que eu fui uma ex-reclusa, e que me vão dizer olha esta reclusa... pode vir a acontecer.”

R9	<p>“Eu tenho este trabalho, e quero ficar neste trabalho. Quando sair em liberdade eu vou ficar com esse trabalho, que eu vou continuar com esse trabalho e fazer a minha vida.”</p> <p>“Eu espero que não vá acontecer mais nada. Que só vá acontecer as coisas boas.”</p>
R10	<p>“A minha vida? Eu não vou dizer que vai ser muito diferente, porque eu também... a minha vida não era assim nada de... apesar desse contratempo que teve. Mas eu acho que vai ser bom, porque eu vou melhorar muita coisa, vou estar mais atenta e coisas más vai ser tudo posto de lado.”</p> <p>“Eu estou a contar com... aquelas pessoas que gostam de falar e dizer ah porque ela foi presa, eu sei que me vão apontar o dedo. Mas também estou à espera de... quando eu sair encontrar lá a minha família. Porque pelo menos a minha família é uma garantia, que eu sei que são as pessoas que me vão receber de braços abertos.”</p>
R11	<p>“Diferente. Em tudo! Não quero mais nada... Não quero ter mais nada a ver com aquilo que eu fui presa. Porque eu fui presa por tráfico de droga, que nem era eu que traficava, era o meu marido. Tou a pagar por um crime, que praticamente não o cometi, não é?</p> <p>E quando sair não quero mais nada. Quero é trabalhar, ter a minha paz, o meu filho ao pé de mim. Claro o meu marido porque... e ter a minha mãe.”</p>
R12	<p>“Mas eu quando sair de cá eu quero ter uma vida estável como eu tinha antes de estar cá. Eu estar aqui dentro da prisão, o que me faz confusão é só ter a porta fechada, e ter que cumprir as regras. Mas de outra situação não sinto que eu estou numa prisão. Tenho a minha filha por perto, eu tenho a minha cela sozinha, tenho comida, levo a vida que tinha lá fora, não tenho é a liberdade para fazer o que eu quero, tenho que cumprir sempre as regras.”</p> <p>“Normal, igual. Igual ou mais a cima, porque já vou sair daqui com muita escola. Já vou ver coisas que tem cá e que lá fora não tem. Já passei momentos aqui dentro de conflitos, que eu vejo conflitos com outros colegas que lá fora nunca vi. Porque aqui dentro conheces muita gente, é muita raça, tudo fechado. Quando eu sair daqui já sei.</p> <p>Eu vim cá, já aprendi a lição, eu vou sair. E se calhar se eu tiver chance de dar o meu depoimento para outras pessoas, eu dava.”</p>
R13	<p>“Vou para a minha casa, da minha mãe, com o meu filho. Vou cuidar bem do meu filho.... Estar com a família, eles precisam de nós.”</p>
R14	<p>“Eu acho que vai ser totalmente diferente, mesmo totalmente diferente. Eu acho que ter vindo para aqui é uma lição de vida. Nós na altura quando estamos a fazer as coisas, não imaginamos que isto possa vir a acontecer, mas acontece, e eu acho que isto ao mesmo tempo serve para nós aprendermos que não devemos fazer. Porque custa estar longe da família, custa não podermos fazer as nossas coisas. E não, não quero voltar ao mesmo.”</p>
R15	<p>“Olha espero que seja boa. Espero sair e logo...”</p> <p>“Vou para a minha casa, da minha mãe, com o meu filho. Vou cuidar bem do meu filho.... Estar com a família, eles precisam de nós.”</p>

Objetivos de Vida em Liberdade	
R1	“Pra já eu tenho a minha filha que tem um café... ela abriu um café. Pronto obviamente que o café não dará para as duas, não é? Mas penso ir á luta! Fazer limpezas, fazer... qualquer coisa. Qualquer coisa honestamente.”
R2	“O meu objetivo é continuar a escola lá fora. Se sair este ano, continuar a escola lá fora. Agora quando for a casa estes dias, vou ver de uma escola que me disseram que é em Oeiras. Que é para tirar um... o 11º e o 12º. Depois com equivalência a um curso que eles lá têm, eu agora vou...” “É fazer-se o que se tem a fazer, cumprir e Dar um ponto final. E não voltar mais que é uma boa preferência.” “Continuar na escola sim senhora, e.... trabalhar. Para... finalidade... não é finalidade que se diz, pois não? (objetivo?) Para os meus objetivos ficarem concretizados. Ser independente, ajudar a minha mãe... porque... nestas alturas a gente vê quem é que são os amigos... Nos hospitais e nas cadeias... E então são sempre eles que me apoiam, e agora vai ser a minha vez de retribuir.”
R3	“Eu quero que seja muito boa. Quero ter a minha família ao pé, e quero voltar a trabalhar, não é? E vou trabalhar mesmo na costura. É mesmo o objetivo.” “Mas pretendo quando sair... Meu marido e minha irmã já disse que quando quiser, quando sair, já posso comprar as máquinas e trabalhar. Porque tem amigas minhas também que têm loja, e querem peças e essas coisas. Portanto logo quando sair é combinar. E tenho uma amiga que tem agora uma loja de lingerie e descobriu que eu consigo fazer lingerie e essas coisas assim. E então ela disse, ah então quando sair podemos conversar, e tu podes trabalhar em casa, ou trabalhar para alguém, e ela disse que me ia pedir umas peças só para ver como é que era. E pronto, foquei mesmo, estou com isto na cabeça. É mesmo a costura, apaixonei para a costura.”
R4	“Os objetivos... acima de tudo é ser feliz e estar com quem eu gosto. Mas para mim ainda é um pouco difícil apontar o meu futuro, porque falta-me bastante tempo ainda para concluir a minha pena. E então não sou muito de fazer planos, é quando tiver mais... Assim quando faltar um aninho preparo as coisas.” “Organizar a minha vida. Trabalhar. Ter casa, ou mantê-la. Recuperar a minha filha, passar tempo com a minha família.”
R5	“O que é que eu vou fazer quando sair da prisão? Tirar a carta de condução. Queria ver se me inscrevia num curso, para cabeleireira ou estética. E depois o resto logo se vê, é um passo de cada vez.”
R6	“Cuidar dos meus dois filhos, que eu tenho dois filhos. Trabalhar. De resto logo se vê, praticar ginásio.... Tenho muitos planos.” “Quando eu sair pretendo continuar o curso, arranjar um trabalho num restaurante, que é o meu objetivo. Cuidar dos meus filhos. E arranjar uma casa e construir uma nova vida.”
R7	“Eu espero que seja bem melhor do que aquela que eu levava. Não... eu acho que vai ser bom. Vai ser uma vida pobrezinha... pobrezinha em termos de... não vou ser rica para a vida que eu levava. Simplesmente quero ter um trabalho, ter a minha casinha, com o meu filho na escola... e todos os anos ter um objetivo... olha este ano vou tirar a carta, ser o meu objetivo. Pó ano vou comprar o carro, é o meu objetivo. É ir assim... um ano de cada vez, e acho que está bom.” “São esses mesmos, ter uma postura firme. Ser independente. Não depender de ninguém, da minha família, de ninguém, é ser eu mesmo. Sair daqui, e ficar cá em Lisboa. Trabalhar em Lisboa. Ter a minha casa. E deixar o X a estudar, onde ele está, que ele está, que ele está ca em Lisboa. E criar o X, que o X ainda é um bebé. E acho que são estes os meus objetivos.” “Mas eu gostaria de sair daqui com um emprego, com trabalho. Porque... eu estou a tentar a falar com a minha educadora para ver se consigo entrar em RAE. Porque foi o que eu disse, o meu objetivo aqui dentro este ano é o RAE. Porque no ano passado, o outro ano lá, era a precária, consegui. No início, na passagem de ano, este ano o meu objetivo é ir para RAE. Pode ser até só no final ano, mas é para lá que eu quero ir, e quero sair daqui com esse trabalho de RAE. É sair, ter a minha casa... eles já sabem aquilo que eu fiz, que sou ex-reclusa, pronto já sabem mais ou menos a minha história. E pronto, se eu me souber manter eu vou ficar com aquele trabalho. Vou ficar com o meu trabalho, vou ficar com uma casa, vou ter o meu filho, o meu filho continua na mesma escola. E esse sim é o meu objetivo enquanto eu tiver aqui.”

R8	“Não sei mas aqui não volto! A primeira coisa que vou fazer é, não tenho casa, os meus pais têm casa e eu vou para casa dos meus pais. A primeira coisa é por o meu filho na escola, e logo se vê. Buscar um trabalhinho. Uma coisa qualquer, a mim satisfaz-me. E ir à escola!”
R9	“Trabalhar. Trabalhar e cuidar dos meus filhos. Isso é o que eu mais quero da minha vida, e isso já é grande coisa.”
R10	“Eu quero continuar a trabalhar, quero ter a minha casa e as minhas coisas de volta. Reunir a minha família. E outro grande objetivo é a minha mãe, porque ela está em Cabo-verde, e ela está com um problema. Ela neste momento não esta a trabalhar, ela está doente. E antes de eu entrar para aqui eu já estava a preparar os papéis para ver se ela vinha para ao pé de mim, só que infelizmente não consegui porque entrei. E quando eu sair eu quero trazer ela para ao pé de mim.”
R11	“Trabalhar! E se puder continuar os estudos, lá fora, do curso em que estou a tirar eu quero continuar.”
R12	“A primeira coisa é arranjar um trabalho, arranjar uma casa e levar a minha vida. Eu gostaria de sair de cá e ir para Cabo-Verde visitar a minha filha e a minha mãe, mas eu sei que não tenho essa possibilidade. Vou arranjar um trabalho e quando eu tiver possibilidade eu vou lá.”
R13	“Continuar a andar nas feiras, vou arranjar um trabalho. E continuar com as minhas meninas a vida normal, sem ser a vida que eu levava.”
R14	“Eu quando sair daqui queria ver se voltava ao meu trabalho. Que eu depois não sei se me despediram ou não, mas muito provavelmente isso vai acontecer. Mas se for esse o caso, se me despediram, vou tentar arranjar um trabalho, se não me despediram vou voltar ao meu trabalho. E queria ver se continuava a estudar, tirar o 12º, porque com o 9º ano já não se vai a lado nenhum.”
R15	“É trabalhar para ocupar a cabeça. Olha é a mesma coisa, é estar com a família, trabalhar, é ter a cabeça ocupada, e não estar sempre a pensar nisto.”

Acha que existe acompanhamento após sair da prisão?	
R1	“Eu acredito que eles, que eles perguntam, se... eu também estou ali no Estado Puro, estou a trabalhar... a tirar o curso de costura, e eles dão trabalho lá fora, eles ajudam-nos também a fazer a angariação de trabalho. E eu acredito que sim, que eles tenham aquela continuidade, aquela preocupação de ver como é que nós estamos ou não. Sim acredito que sim.”
R2	“Sim existe.”
R3	“Eu acredito que há uma reinserção social. Já ouvi falar muito. Pronto como nunca fui presa, não é? Nunca tive essa experiência. Mas há pessoas que já aqui estão há mais vezes. Algumas dizem que tiveram reinserção social e outras dizem que não. Mas também isso vai do interesse da pessoa. Eu acho que... se há uma reinserção social, o primeiro interesse é do ex-recluso. É procurar a reinserção social, para saber o que é que tem que fazer. Porque a gente chega na rua e não sabe, realmente eu não sabia. Eu achava que tinha que terminar o percurso da cadeia e pronto, olha e ia procurar o trabalho. Mas agora já sei que não é assim, que tem que procurar. E é o que eu vou fazer. Na primeira semana já vou logo procurar saber. Foram outras reclusas que disseram, que havia, as que já teve cá, já disseram que havia. Que tem que ser mensalmente, às vezes eles marcam que é para ir lá. Que é mesmo na região onde a gente está. Agora isso é que eu não sei se é o serviço prisional é que dá para a gente o contacto, ou se a gente... se bem que pronto, hoje em dia na internet está... consegue-se encontrar.”
R4	“Isso é um bocado relativo. Eu pelo menos não tenho razões de queixa. Eles sempre me acompanharam, sempre fizeram questão de saber quem eu era, e o que é que eu queria, o que é que eu estava aqui a fazer. E fizeram-me ver que a vida é muito para além destes 4 muros, e que eu tenho que lutar pelo futuro melhor. Agora se me garantem esse apoio, não sei. Só quando sair, mas eu acho que sim. Eu acho que se nós tivermos força de vontade as pessoas não nos vão negar a ajuda. Eu acho que sim.”
R5	“A única coisa que existe é, que nós temos que lá ir, é... depende ou duas vezes por mês, ou uma vez por semana. Mais nada. Agora eles não querem saber se nós temos dinheiro para comer, se nós temos dinheiro... se nós estamos a precisar de alguma coisa para as nossas filhas, eles não querem saber. Mais nada. Para mim tinham que melhorar muito.”
R6	“Acho que não. Porque aqui é tudo muito bonito, mas quando a gente sai ninguém quer saber de nós. Não há nada. Aqui dizem tudo e mais alguma coisa, mas quando a gente chega lá fora ninguém quer saber de nós.”
R7	“Isso tem muitas questões porque... eu é a primeira vez que estou presa né? Mas oiço, oiço as outras histórias, e aquilo que elas falam e... o que se vê muito é... enquanto estamos detidas, levamos com cortes atrás de cortes, não estou a falar por mim, estou a falar no geral. Levam cortes e mais cortes, porque não estão adaptados. Mas depois quando já muitas pessoas vão no fim da pena, que são obrigados a ir ao exterior. Abrem os portões e nem querem nem saber se as pessoas têm condições lá fora, se não têm. E... eu não sei como é que vai ser. Eu sei onde posso recorrer, porque eu tenho o meu filho na casa da criança e sei que posso contar com a ajuda de técnicos daquele lado. Estarão lá para me ajudarem, para eu poder... para o X estar ao pé de mim. Não vai ser fácil... Mas se existe ou não, não sei.... É o que eu vou ouvindo e vendo também na televisão, às vezes quando falam no “Sexta às 9”, aquelas entrevistas... e não sei, sinceramente não sei. Mas pronto, veremos se serei acompanhada por parte dos serviços... eu acho que não, porque a gente desde o momento que sai... eles depois a única coisas que vão fazer é a gente tem que se apresentar supostamente todos os meses lá na nossa técnica. Mas acho que em termos de trabalhos e ajudas acho que não vai haver. Eu vejo muita gente a sair, e estar lá fora, e têm que fazer as apresentações, e não têm trabalho. Mas também não é a reinserção social que são obrigados a arranjar trabalho. A própria pessoa é que tem que procurar, tentar achar. Eles podem ajudar, agora trabalho, trabalho quem tem que achar somos nós, nós é que temos que fazer por isso.”

R8	“Acho que sim, que quando a gente sai, temos que.... Logo eles nos informam, vai a casa um papel, que a cada 15 dias temos que ir assinar um papel ou alguma coisa, até acabar a pena toda.”
R9	“Sim, sim”
R10	“Sim eu acho que sim. Pelo menos as senhoras da associação dar a mão, e a associação das mães, eu acho que com elas vamos sempre manter contato. Porque também elas ajudam.”
R11	“Sim, há sempre. Há uma coisa às segundas-feiras, que é a oficina das mães, eu por acaso não participo porque quando começou eu ainda não estava cá. Mas há uma coisa que é a oficina das mães, e elas ajudam. A procurar o emprego, a dar novas sugestões. E eu acho que isso é importante para nós, tanto para as mães, como até para os próprios filhos. Por causa das creches, porque ele aqui na creche e lá fora, quando chegar, não sei se há essa possibilidade.”
R12	“Não sei, mas eu gostaria de ter um acompanhamento.”
R13	“Não sei”
R14	“Não, é assim. Posso ter acompanhamento, mas não é... Se eu não o tinha antes acho que não vou querer... quero manter a minha vida como tinha sem certas coisas no meio”
R15	“Não, não”